

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O grande império em recessão afeta o mundo

Analisar a conjuntura internacional, necessariamente, passa por analisar os EUA, país central do capitalismo mundial. O chamado "grande império" que ainda predomina econômica e militarmente sobre o mundo, vive um período conturbado, controverso e, absolutamente, delicado. Ao mesmo tempo em que o país escolhe seus candidatos à Presidência, vive uma crise sem precedentes de repercussão mundial.

No entanto, as crises financeira, energética e até militar parecem não abalar as estruturas da política do atual presidente, George Bush, que, alheio a tudo e a todos, mantém seu belicismo ameaçador contra governos que não se submetem aos seus caprichos, insinua novas guerras e afirma querer prolongar indefinidamente as ocupações do Iraque e do Afeganistão. Mesmo um ataque contra o Irã não é descartado.

Mas, a recessão nos EUA é uma realidade. Até a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – composto por países da nata do capitalismo mundial – revisou para baixo suas previsões de crescimento para a economia norte-americana. Analistas já falam em indícios do declínio do Império norte-americano tal é a proporção da crise. Nos grandes centros de decisão econômica atualmente domina a incerteza, que vai se transformando em pânico; ao mesmo tempo em que as autoridades econômicas dos EUA injetam massivamente recursos no mercado, concedem subsídios fiscais e improvisam caríssimas operações de socorro às instituições financeiras falidas (Banco Bear Stearn, por exemplo) Douram a pílula, suavizando a recessão, de um lado, mas aceleram a inflação e a queda do dólar de outro.

Crise anunciada

Esta crise começou a se acentuar nos anos Reagan (década de 80), com a deterioração da cultura produtiva. A precarização do trabalho, de um lado, e a rentabilidade capitalista e a ávida competitividade da indústria, de outro, acabariam por degradar os processos de inovação tecnológica tornando-os cada vez mais difíceis e caros em comparação aos processos europeus, japoneses e etc.

A massa de negócios foi se expandindo e absorvendo capitais, mas não encontrou espaços na produção industrial. As empresas se concentraram e o Estado aumentou seus gastos militares (hoje estão 1,1 trilhões de dólares). Ao mesmo tempo, a concentração de renda aumentou barbaramente; em 1980, o 1% mais rico da população absorvia entre 7% a 8% da renda nacional. Hoje, está em 20%. Essa concentração não se traduziu em poupança ou em negócios produtivos, mas, simplesmente, em aumento crescente do consumo.

Com a crescente desconfiança dos investidores, os fundos de investimentos tornaram-se de alto risco, produziram crise de credibilidade sobre o sistema financeiro gerando bilhões de prejuízos às instituições financeiras americanas e de outros países que tinham investimentos nas ações hipotecárias americanas. Essa crise pode produzir, para além do setor imobiliário, um longo período de desconfiança no sistema.

Novo presidente

Tanto a candidatura democrata quanto a republicana terá que dar conta e responder a estas questões. Terão de ser claros quanto à perda de dinamismo do sistema produtivo, pelos gastos militares, pela proliferação de atividades parasitárias lideradas

pelo sistema financeiro, que vem provocando crescentes desequilíbrios fiscais e no comércio exterior, além de uma acumulação incessante de dívidas públicas e privadas, internas e externas. A dívida pública que era de 3,2 trilhões em 1990 beira os 9,5 trilhões, em 2008. A dívida total (pública mais privada) dos EUA, em abril deste ano, chegou a 53 trilhões de dólares.

Em relação ao Brasil, a crise norte-americana encontrará um país em melhores condições para enfrentar as turbulências financeiras internacionais. O bom desempenho externo da economia tornou o país menos vulnerável aos ataques especulativos. Entretanto, ainda permanecemos expostos à circulação especulativa.

Por outro lado, a crise política externa norte-americana, também encontra o Brasil bem posicionado, buscando ampliar suas alianças Sul-Sul, apostando na integração regional (UNASUL, MERCOSUL e etc.), estreitando as relações estratégicas com a Índia e África do Sul. Nossa necessidade, no entanto, é fazer avançar, nesse processo de integração, as reivindicações dos movimentos sociais.

Fatos que marcaram a conjuntura no último período

Zapateiro é de novo Primeiro Ministro na Espanha

O ministério de um dos poucos governos social-democratas na Europa atual acaba de ser composto. O "Partido Socialista Obrero Español" (PSOE) sagrou-se vencedor nas eleições parlamentares de nove de março com 43,64% dos votos o que lhe assegurou 169 cadeiras no Parlamento de um total de 350. O segundo colocado foi o "Partido Popular" (PP) de direita com 40,11% e 153 cadeiras.

A vitória rendeu à recondução de José Luiz Zapateiro ao cargo de Primeiro Ministro. Um número expressivo de mulheres compõe seu novo ministério. Esta postura do governo espanhol deu margem a críticas da direita do país e até da estrangeira, em particular do recém eleito Berlusconi na Itália minimizando a capacidade do novo ministério por contemplar um maior equilíbrio de gênero.

Isto demonstra que a disputa com a direita não é apenas em torno de políticas econômicas e sociais, mas também em torno de valores democráticos.

Berlusconi volta ao cargo de Primeiro Ministro da Itália

Na contramão da tendência sul-americana, a Europa vive contradições entre a escolha de governos social-democratas e de direita. Enquanto que na Espanha, a social-democracia tornou a vencer as eleições, na Itália, a direita sagrou-se vencedora. Nas eleições realizadas nos dias 13 e 14 de abril, o mega-empresário Silvio Berlusconi e sua coalizão de partidos de direita e de extrema direita elegeu 168 senadores de um total de 315 (47,3%) e 340 deputados de um total de 630 (46,8%).

Fazem parte da coalizão "Povo da Liberdade" o partido "Força Itália", os separatistas da "Liga Norte" e do "Movimento pela Autonomia do Sul", pelos pós-fascistas da "Aliança Nacional e pelo partido de Alessandra Mussolini, neta do ex-ditador, a "Alternativa Social".

O discurso xenófobo de Berlusconi pesou no resultado final. O ápice foi as declarações de que adotará medidas para expulsar imigrantes em situação irregular no país. A esquerda mingua-se na Itália.

Eleições na Rússia reafirma hegemonia de Putin

O discurso nacionalista e de recuperação do poder militar, além da visível melhoria da economia, fortemente utilizado durante toda a campanha eleitoral, reconduziram o Partido "Rússia Unida" ao poder na Rússia. O candidato vitorioso e novo presidente é Dmitri Medvedev, que obteve surpreendentes 70,2% dos votos, nas eleições de 2 de março.

Vladimir Putin, o todo poderoso presidente russo, será o novo Primeiro Ministro. O segundo colocado foi Gennadi Zyuganov, do Partido Comunista da Rússia, com 17,8% dos votos. Medvedev foi vice - Primeiro Ministro e também Chefe de Gabinete de Putin. No momento, não há grupos político-partidários que possam superar a popularidade e hegemonia política do grupo de Putin.

Fidel deixa a presidência de Cuba

Na outra ponta do espectro político internacional, o presidente de Cuba, Fidel Castro, saiu de cena. Em carta endereçada ao Jornal Granma, no dia 19 de fevereiro deste ano, o líder da Revolução Cubana anunciou que não se candidataria mais à Presidência do País, embora tivesse sido eleito, novamente, à Assembléia Nacional. Disse que contribuiria com o país e com a Revolução de outras formas. Encerrava-se, aí, um ciclo iniciado em 1959, quando a figura de Fidel Castro e sua Revolução inspiraram milhares de revolucionários em todo o mundo. Em seu lugar, elegeu-se seu irmão, Raúl Castro.

Embora grande parte da imprensa mundial tenha tratado o tema como uma transição política e a direita tenha emitido ruídos na expectativa de mudança de modelo econômico e político; a posição de Fidel Castro contribui para um processo sucessório no governo cubano mais tranqüilo, uma vez que será um encargo de muita responsabilidade para Raúl, já que no início, será sempre comparado com o antecessor.

Além da sucessão não apontar para mudanças maiores, os demais problemas que o país enfrenta com o Bloqueio Norte Americano, continuam e, portanto, o povo cubano deverá continuar a receber nossa solidariedade e manifestações de respeito a sua liberdade e autodeterminação.

Fernando Lugo vence no Paraguai

A eleição do ex-Bispo da Região de São Pedro, Fernando Lugo, à Presidência do Paraguai, no dia 21 de abril, soma-se à lista de governantes progressistas no continente, consolidando a maré vermelha na América do Sul.

Lugo, eleito com 40,8% dos votos, em turno único, consagrou a vitória da coalizão Aliança Patriótica pela Mudança (APC), composta por nove partidos políticos, cujo espectro ideológico vai desde o centro até a esquerda. A vitória da APC põe fim a 61 anos de predomínio do Partido Colorado que ficou em segundo colocado. Sua candidata, Blanca Avelar, conquistou 30,7% dos votos. O terceiro ficou o ex-militar Lino Oviedo, com 22% dos votos. Os outros 6,5% dos votos ficaram divididos entre quatro pequenos partidos.

Lugo contou ainda com o apoio de vinte organizações sociais e sindicais. No entanto, esteve ameaçado de não poder participar das eleições. A direita recorreu até ao Vaticano para impedi-lo. Pelas leis paraguaias, um religioso não pode candidatar-se a cargos públicos. Mas, como Lugo renunciou ao bispado sua candidatura foi confirmada. Nem mesmo a libertação de última hora do ex-general Lino Oviedo deu resultados em dividir a oposição. O ex-general estava preso, desde 1996, por

tentativa de golpe militar, em que várias pessoas foram assassinadas, entre elas o vice-presidente do país na época, Luis Maria Argña.

Prevaleceu, portanto, a vontade popular que colocou Lugo à frente das pesquisas de intenção de votos, desde o início da campanha. Sua tarefa, no entanto, não será fácil. Terá que erradicar o "coloradismo" da máquina do Estado em todos os níveis, controlar as forças armadas, combater a corrupção endêmica do país e, por fim, promover o desenvolvimento e resgatar a dívida social do Paraguai.

Detalhe: Lugo não tem maioria no Parlamento. Caberá aos movimentos populares o apoio às reformas políticas na Constituição para equilibrar a correlação de forças e garantir o cumprimento de seu programa de governo, assim como a colaboração dos governos dos países vizinhos, Argentina e Brasil, em particular.

A crise que envolveu Colômbia, Equador e Venezuela

Em março deste ano, tropas do Exército colombiano, invadiram o território equatoriano para atacar integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Na ação, foi morto cerca de dezessete guerrilheiros, entre eles o número dois do grupo guerrilheiro, Raúl Reyes. No último dia 26 de maio, novo embate entre o Exército Colombiano e as FARC feriu de morte o líder máximo da guerrilha, Manuel Marulanda.

A invasão colombiana abriu uma crise com o Equador e, por tabela, com a Venezuela. Seis dias antes do ataque, o presidente venezuelano, Hugo Chavez, havia iniciado negociações com as FARC para a libertação de reféns em poder das FARC, entre eles, a ex-candidata à Presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt, de origem francesa. Ao ordenar o ataque, o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, cometeu dois erros; primeiro a invasão propriamente dita e segundo, ter contribuído para o fracasso das negociações com a guerrilha para a libertação de Betancourt.

Uribe justificou a invasão pelo "combate ao terrorismo". O presidente do Equador, Rafael Correa, no entanto, reagiu imediatamente. Hugo Chaves, da Venezuela, também. Fecharam suas fronteiras, embaixadas e enviaram tropas

Pressionada, a Colômbia tentou se desculpar, mas o Equador as considerou "insuficientes". Após entendimentos no âmbito da OEA, um documento selou a paz entre os países, momentaneamente.

Cai a máscara preconceituosa da direita na Bolívia

O "rotundo" fracasso da "ilegal e anticonstitucional consulta autonomista", como o presidente Evo Morales se referiu à iniciativa do governador do Departamento (Estado) de Santa Cruz, Rubén Costas, só evidenciou os traços autoritários das elites bolivianas que, além de perderem as eleições, não suportaram a nova Constituição para o país; sem falar no preconceito de classe e racismo descarados, verificados pela maneira desrespeitosa como se referem ao presidente Evo Morales e pelo conteúdo do artigo 161 da proposta de Estatuto Autônomo que afirma que a raça do povo de Santa Cruz é a mestiça como forma de não reconhecer as várias etnias que vivem ali e na Bolívia como um todo.

De posse dos resultados da "consulta", Evo Morales dirigiu-se à TV na noite do dia 4 de maio, um domingo, para avaliar a iniciativa e conclamara a Bolívia por uma autonomia verdadeira, baseada na Constituição e no respeito aos setores populares historicamente excluídos. "Espero que este chamado seja ouvido para que se garanta autonomia a povos e não a grupos, para que se permita que os povos tenham o direito de decidir seu destino", afirmou Evo.

Apesar da derrota, a direita boliviana, racista e autoritária, ainda insiste com as consultas. Os estados mais ao leste do país são agro-exportadores, mais ricos e mais brancos. Ao contrário do oeste do país, majoritariamente indígena e mais pobre.

América do Sul rumo à integração, 200 anos depois

Às vésperas de completar 200 anos de independência em toda a região, representantes de países da América do Sul, deram um passo decisivo para a efetiva integração política e econômica do continente, sem a presença incômoda dos Estados Unidos.

No último dia 23 de maio, chefes de Estado de 12 nações assinaram, em Brasília, o Acordo Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). As bases desse acordo já vinham sendo discutidas desde 2004: o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, a promoção, a inclusão e a justiça sociais e as telecomunicações. Além disso, uma aliança militar sem os EUA, apesar dos entraves impostos pelo governo de Álvaro Uribe, da Colômbia.

A América do Sul é uma região que apresenta um enorme potencial. Possui 17,6 milhões de quilômetros quadrados, 377 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 1,5 trilhão. Tem abundantes recursos energéticos renováveis e não renováveis, grandes reservas minerais, significativos mananciais de água, um enorme potencial de produção de alimentos e riquíssima biodiversidade. Dispõe, além disso, de um importante e diversificado parque industrial, universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica de excelência.

No entanto, esse potencial ficou aprisionado nesses últimos 25 anos devido às políticas ortodoxas impostas e tutelado pelo neoliberalismo. As exportações cresciam, mas os salários não, ao mesmo tempo em a concentração de renda multiplicou-se. Mas, aos poucos, as amarras foram se desfazendo, governantes democráticos e não-neoliberais foram se elegendo e reelegendo, a conscientização de que as privatizações significavam a ruína do Estado, na medida em que o patrimônio público nas mãos das multinacionais não trouxe nenhuma melhoria nos serviços públicos. Em função disso, uma grande potência surgiu.

Não há dúvida do por que os países centrais do capitalismo, em especial os EUA, querem estender seu domínio na Região.

Segundo o presidente Lula, o primeiro passo da Unasul foi a criação do Banco da América do Sul, que aponta perspectivas para a fundação de um banco central e de uma moeda única.

O ponto crucial é a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, proposta pelo governo brasileiro. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, percorre todo continente expondo a proposta. Não é uma aliança militar convencional, como a OTAN, mas um órgão que promova o diálogo entre os ministérios de Defesa da Região, no sentido de reduzir conflitos e desconfianças e assentar as bases para a futura formulação de uma política comum de Defesa. O difícil será manter os interesses norte-americanos longe das reservas naturais do continente.

Fundada a Central Sindical das Américas

No âmbito do movimento sindical, o dia 26 de março entrará para a história: o surgimento da Confederação Sindical das Américas (CSA), fundada após a dissolução da Organização Interamericana de Trabalhadores (ORIT, ligada a ex-Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, CIOISL) e a Confederação Latino-

Americana do Trabalho (CLAT, ligada à ex-Confederação Mundial do Trabalho, CMT). O processo se completa, após a dissolução/fusão da CIOSL e da CMT, dando origem à Confederação Sindical Internacional, CSI, no final de 2006.

A ORIT e a CLAT foram fundadas na década de 1950 e desenvolveram suas atividades fortemente influenciadas pela guerra fria. A ORIT estava sob domínio do sindicalismo americano até o fim dos anos 1980 quando a própria guerra fria terminou e várias centrais de esquerda no continente americano se filiaram a ela como as CUT do Brasil, Chile e do Paraguai gerando uma nova dinâmica no seu interior.

Embora a CMT, fundada nos anos 1920, tivesse origem no sindicalismo cristão e fortes vínculos com a democracia cristã européia após a segunda guerra mundial, a CLAT atuava com muita autonomia e com características mais conservadoras ainda.

No conjunto da representação das duas organizações, a CLAT possuía apenas 10%, mas a unificação é importante pela simbolização de unidade que seria conveniente se estender também aos âmbitos nacionais. O total de trabalhadores sindicalizados que a nova central representa é em torno de 30 milhões.

O secretariado que foi eleito é integrado por representantes da América do Norte, América Central, Região Andina e Cone Sul. O Secretário Geral é Vitor Baez Mosqueira, bancário do Paraguai e que já ocupava este cargo na ORIT.

Solidariedade internacional

A Conticom apóia incondicionalmente a política de solidariedade internacional da CUT que, ao longo dos seus 25 anos, tem sido o norte da nossa inserção na luta de classes. A unificação da CIOSL e da CMT e a conseqüente fundação da CSI fortalecem o sindicalismo internacional, amplia o quadro de filiados e aproximam ainda mais dezenas de centrais sindicais parceiras da CUT.

Essa aproximação fortalecerá a pressão sobre as federações sindicais internacionais por ramos para que adotem agendas mais equilibradas e que reflitam as demandas dos sindicatos dos países em desenvolvimento, sobretudo, quanto ao embate às multinacionais e em defesa dos direitos.

Conjuntura Nacional

Há seis anos, o Brasil vive o melhor momento de toda a sua história. Nunca os indicadores sociais e econômicos somaram tantas informações positivas ao mesmo tempo. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, isso se deve às bases sólidas e sustentáveis do nosso desenvolvimento que acabaram por blindar a economia apesar da crise mundial decorrente da crise dos EUA

"A economia continuará crescendo". O próprio Fundo Monetário Internacional, de tristes recordações, aumentou sua previsão de crescimento do Brasil de 4% para 4,8% durante 2008, oito décimos a mais que na última projeção, e o reconhecimento do Brasil como país de investimento seguro depois que o Produto Interno Bruto (PIB) do País aumentou 5,4% no ano passado.

Essas bases sólidas são as responsáveis pelo aumento dos investimentos no País, apesar da manutenção da política de elevação das taxas de juros. E quanto mais investimento houver, mais empregos vão gerar e, conseqüentemente, aumentará a produção. Com o aumento da oferta de produtos no mercado, mais eficiente será o combate à inflação e mais blindada será a economia brasileira.

E os empresários sabem disso. Tanto que, em 1 ano, dobrou o número de empresas brasileiras entre as maiores do mundo. Entre as 2 mil maiores apontadas pela revista norte-americana Forbes, 34 são brasileiras. No ano passado, eram 19. A Petrobras é a melhor posicionada. Subiu do 51º para o 29º lugar no ranking.

A tese do "investimento sem aumento das taxas de juros" tem sido defendida pela nossa Confederação em todos os fóruns de discussão que a direção tem participado. Ao contrário do que diz o Banco Central, não seria conveniente, nesse momento, continuar com a política de elevação da taxa básica de juros para conter o crédito e controlar o consumo. Pois é isso que verificamos ao longo desses anos.

Se há problemas em alguns setores, é preciso resolvê-los caso a caso. Isso seria natural, mas com políticas restritas a esses setores, como a ampliação da importação e na redução do crédito localizado, e não com a elevação das taxas de juros pura e simples. Se os juros subirem, a produção deixará de ser atrativa para os investimentos que passarão a migrar para o mercado financeiro. Isto, se não deixarem de existir.

Acreditamos que a economia brasileira vive, hoje, o dilema da transição entre uma política basicamente assentada na estabilidade monetária para uma política baseada em torno do desenvolvimento nacional.

Relações democráticas no trabalho

Mas é claro que nem tudo são rosa. Há alguns descaminhos que os trabalhadores já detectaram na exitosa política econômica do governo e a CONTICOM, somada à CUT, está atenta. Pede correção nos rumos e aponta novas trajetórias.

Estabelecer relações democráticas de trabalho é o primeiro caminho a ser tomado. A ratificação da Convenção 158 da OIT, por exemplo, será fundamental para o fim das demissões imotivadas como recurso indiscriminado.

A demissão do trabalhador seria, antes de tudo, negociada com o sindicato que o representa. O objetivo é encontrar uma alternativa à demissão. O sindicato poderá avaliar se as razões apresentadas pelo empregador são justas ou se há outra forma de resolver o problema.

Já existem processos semelhantes em andamento nos setores em que os sindicatos são mais organizados e fortalecidos. E o melhor da história é que, em nenhum momento, esses acordos impediram o crescimento das empresas onde esses acordos existem.

Mas, para compor com a Convenção 158 é necessário a Organização por Local de Trabalho (OLT). Onde existem essas organizações, antecipa-se o conflito, apresentam-se propostas e soluções produtivas benéficas para todos os lados. É falsa a idéia de que a Convenção 158 traria desemprego. Números recentes mostram o contrário e corroboram a tese de que o desejo social por dinâmicas mais civilizadas deve ser estimulado. Assim como também é falso que a 158 traria a estabilidade no emprego ou o fim das verbas rescisórias. Nos casos onde a demissão não puder ser revertida, os direitos rescisórios estarão mantidos.

Uma vez adotada, a Convenção 158 evitaria a alta rotatividade no mercado de trabalho (em 2007, foram admitidos 14,3 milhões de brasileiros, mas foram demitidos 12,7 milhões). Nessa situação, todos saem perdendo. Os recursos gastos com o pagamento de seguro-desemprego poderiam, por exemplo, ser investidos em outros programas, como qualificação profissional. Segundo o Ministério do Trabalho, os gastos para 2008 serão de R\$ 13,2 bilhões.

E todos nós sabemos que com salários menores, menor será o consumo. Instabilidade e o medo do futuro geram adoecimento por estresse (91% entre os homens e 83% entre as mulheres, segundo pesquisas recentes). Maior instabilidade, menor possibilidade de planejamento e de investimento, portanto, menor consumo.

A Convenção 158 (assim como a 151 – que trata do funcionalismo público) é adotada em 34 países, entre eles a Alemanha, França, Espanha e Suécia.

Qualidade de vida

Vamos nos concentrar em duas importantes ações do governo que demarcam, definitivamente, os rumos do crescimento no Brasil e influenciam diretamente na qualidade de vida do trabalhador brasileiro; o Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, e os programas Bolsa Família e o chamado “Territórios da Cidadania”.

O Plano de Aceleração do Crescimento, PAC, é um esforço do governo em retomar a capacidade orientadora do Estado, o que enterra, de vez, o discurso das vantagens do livre mercado e das políticas liberais, até pouco tempo predominantes.

No entanto, nós que defendemos um modelo de desenvolvimento sustentável baseado no crescimento com distribuição de renda, acreditamos que algumas propostas deveriam ter sido incluídas no PAC. Ainda dá tempo, basta mobilização e negociação por todo o país.

O programa vai gerar empregos, como já está gerando. No entanto, para que esses empregos sejam formais (com carteira assinada), com direitos trabalhistas garantidos e que mirem a superação do teto entre um e dois salários mínimos é necessário que o governo encare a geração de empregos e do crescimento econômico como “metas oficiais”, assim como são as metas inflacionárias. Só aí, a política econômica ganhará enfoque social.

Defendemos que os investimentos públicos já anunciados para o PAC em empreendimentos privados, seja pela via da isenção fiscal ou de empréstimos a juros subsidiados e, principalmente, incorporem o conceito das contrapartidas sociais. Acreditamos que através das contrapartidas, os projetos induzidos por recursos estatais estarão comprometidos, além da geração de postos de trabalho, com o aperfeiçoamento educacional e profissional dos trabalhadores (qualificação), o que deve aumentar a possibilidade de elevação da massa salarial.

Redução da jornada

Algumas dessas contrapartidas são, na verdade, bandeiras históricas da CUT e da CONTICOM: a redução da jornada de trabalho, a limitação das horas extras, o reconhecimento das centrais (que acaba de ser efetivada) e a conquista do direito de organização nos locais de trabalho.

Não admitiremos que recursos públicos continuem financiando empresas que demitem e que ainda abusam da rotatividade da mão-de-obra e da terceirização. Assim como, a CONTICOM-CUT só apoiará a utilização dos recursos do FGTS na construção da casa própria se também estiver condicionado à garantia de que a rentabilidade atual do fundo (TR + 3%) seja mantida como patamar mínimo, além da participação dos trabalhadores na gestão dos recursos.

Outra preocupação e “puxada de orelhas” que o movimento sindical dá no governo federal é pelo fato de, nas negociações para a liberação de verbas ao PAC, a folha de pagamento dos trabalhadores públicos tenha sido limitada ao IPC mais 1,5%. Essa medida em nosso entender coloca riscos à manutenção do poder de compra dos

salários dos servidores e inviabiliza a contratação de novos concursados. Estamos nos mobilizando e somando esforços junto à CUT para mudar o projeto de lei complementar no Congresso Nacional.

Tanto o Projeto "Territórios da Cidadania", quanto o Bolsa Família deram um verdadeiro nó na cabeça da política conservadora e neoliberal brasileiras. Primeiro, bastou um simples programa de transferência de renda (o Bolsa Família) para provocar um enorme impacto na vida das famílias pobres do Brasil. As conseqüências foram devastadoras para a direita: subverteu por completo a ordem conservadora da política. O programa Bolsa Família é atacado porque é uma ameaça aos políticos conservadores. Conclusão; não falam mal do programa de transferência de renda, porque é impopular, mas detonam o quanto podem projetos sociais mais amplos como o projeto "Territórios da Cidadania".

Esse programa é uma ação integrada de programas já existentes em bolsões de pobreza localizados na área rural. Vários ministérios estão envolvidos. Volta-se, prioritariamente, às populações agrárias que vivem em regiões de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do país; onde atende mais beneficiados do programa Bolsa Família, têm a participação de colegiados formados por prefeitos (independentemente dos partidos a que pertencem), representantes dos governos estaduais e das comunidades. O político tradicional foi retirado de cena como o "autor" dos benefícios. O brasileiro passou a ser cidadão, de fato e de direito, sem a tutela de um partido político, e, principalmente, do "manda-chuva" local.

Além disso, sem querer fazer proselitismo ou uma defesa arrebatadora dos programas sociais do governo federal, não faz sentido algum atender a uma região com o Pronaf sem que a agricultura familiar tenha assistência técnica, ou conceder o Bolsa Família sem viabilizar a agricultura familiar, senão seria eternizar o programa e jogar dinheiro fora. Ou ainda, incentivar o beneficiamento da produção em cooperativas sem que a região tenha luz elétrica, por exemplo.

Se o governo Lula tiver capacidade para implantar esse programa, será um ganho para o país e para os trabalhadores.

Quanto aos políticos conservadores, que apresentem propostas melhores. Mas, não é assim que pensa nossa oposição.

Que oposição é essa?

Os líderes da oposição conservadora (principalmente tucanos e democratas, e que governaram por mais de séculos nosso país), diante dos arrebatadores 73% de apoio popular do governo Lula, segundo as últimas pesquisas de opinião (depois de seis anos de governo), perderam completamente o rumo. Qualquer que seja a iniciativa do governo federal; lá estão eles a argumentar "campanha eleitoral antecipada" e com uma liminar de baixo do braço pronta para ser encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral. Qualquer crise que possa ser fabricada e denunciada serve para instalação de CPI's ou para desgastar o governo.

O auge da irresponsabilidade da oposição, sem dúvida, foi à mobilização para derrubar a CPMF. Numa manobra bem sucedida, a oposição negou à população mais pobre do País, cerca de R\$ 120 bilhões do Orçamento da União que seriam destinados, até 2010, à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

Na verdade, essa tentativa da oposição em desqualificar as políticas econômicas e sociais do governo Lula, encontra guarida na grande imprensa que, como diz, o jornalista Paulo Henrique Amorim, repercutiu uma denúncia qualquer da oposição, que

por sua vez, utiliza a denúncia para agredir o governo e pedir investigações, que, por sua vez, é retratada a exaustão na grande mídia. E, assim, a bola de neve cresce.

Ambos, oposição e mídia, desenvolveram táticas conjuntas, ao longo dos anos, visando um único objetivo: derrotar o governo Lula e trazer de volta a política neoliberal.

O ex-presidente de Portugal, Mário Soares, em recente visita ao Brasil, publicou um artigo com suas impressões sobre a nossa realidade. O ex-presidente português esteve com Lula, mas também com FHC, Aécio Neves e José Serra. No seu artigo e em suas conversas, Mário Soares detectou que o Brasil é descrito de duas maneiras diferentes: uma, a que os jornais e os políticos da oposição descrevem e as imagens da TV mostram. É um país "à beira do colapso". A outra visão é de um país em que os brasileiros acreditam "está dando certo". São dois "brasis". O da imprensa e a realidade.

O primeiro, diz que estamos mergulhados numa crise interminável. O outro, Mário Soares vê um país otimista, com "inflação baixa" e "controlada", no qual o "emprego tem crescido e a pobreza diminuída de forma sensível".

A mídia, segundo o ex-presidente de Portugal, desconsidera o espetacular aumento das reservas internacionais (US\$ 162,9 bilhões nos últimos 12 meses) ou uma expansão recorde nas exportações. Ignoram o fato de o Brasil ter passado à condição de credor no mercado internacional, resultado obtido pela atual equipe econômica. Não mencionam sobre o fato de o Brasil ter encerrado a crise da dívida. Nem um comentário positivo sobre a política de recuperação do valor do salário mínimo, de reestruturação do setor público e a ampliação dos investimentos em infra-estrutura e em políticas sociais.

Quem quiser ter um panorama sobre como anda a economia brasileira não deveria ler, ver ou ouvir a mídia nacional, mas a revista britânica "The Economist", que exaltou o sucesso do programa Bolsa Família. Ou o periódico londrino "Financial Times" que analisou positivamente o nosso momento econômico. Ou ainda, o "The Guardian" que não poupa elogios a Lula. Essas análises contrastam com o que a "Folha de S.Paulo", o "O Estado de S. Paulo", o "O Globo", a "TV Globo" ou a Revista Veja dizem. Em seus editoriais criticam o fato do Bolsa Família, por exemplo, ter proporcionado a milhares de famílias a possibilidade de comprar eletrodomésticos. Um consumismo absurdo! Bate na mesma tecla há seis anos; "O Brasil só vai bem porque o cenário internacional é favorável", "A política internacional de Lula vai fracassar" ou "Lula só estabilizou a economia porque segue o mesmo que FHC fez na área econômica".

Mas, então, como pode políticas idênticas com resultados tão diferentes? Simples. Porque não são políticas idênticas. O Brasil ficou mergulhado em crises econômicas que, além de impedir o crescimento, afetaram a estabilidade. A dívida em 1994 representava 17,3% do PIB, quando Lula assumiu, herdou 40,2%. Para consertar o estrago, o governo Lula proporcionou um substancial aumento das exportações ampliando as relações comerciais com países de todos os continentes, fazendo saltar de US\$ 60 bilhões, em 2002, para US\$ 160 bilhões, em 2007. Isso fez com que a balança das transações correntes passasse de um déficit de US\$ 187 bilhões, registrada no governo dos tucanos, para um superávit de US\$ 47,1 bilhões no governo Lula.

A relação dívida interna líquida/PIB caiu de 59,6%, em 2002, para 42,8%, em 2007. A inflação está dentro da meta. E o crescimento econômico registra 27 meses consecutivos, numa média de 4,53%, entre 2004-07. Na época dos tucanos, eram magros 2,3%.

Na área social, o governo Lula diminuiu as desigualdades. A renda dos 50% mais pobres teve, nos últimos anos, crescimento de 32% e 17 milhões de brasileiros deixou a miséria.

Diante dessa ofensiva neoliberal que tenta a todo custo reintroduzir, com a ajuda da mídia, a agenda derrotada duas vezes nas urnas, cabem aos dirigentes sindicais e à direção da CONTICOM-CUT mobilizar as bases; denunciar essas manobras e evidenciar as irresponsabilidades, de um lado, e aplicar uma formidável derrota nas próximas eleições de outubro, de outro, modificando substancialmente a composição dos poderes municipais, já em preparação de terreno para as eleições de 2010.

Em hipótese alguma, iremos permitir que as ofensivas da direita venham a restringir os direitos sociais e trabalhistas do nosso povo e que haja uma inversão na evolução econômico positiva do país.

Um breve panorama do ramo

Os trabalhadores convivem com um momento bem diferente daquele do que tinham passado num período não muito distante com demissões em massa, falta de perspectiva, e aumento da precarização das relações de trabalho mediante uma política nefasta desenvolvida pelo que se dizia neoliberalismo na época Collor/Itamar, somados aos desgovernos tucanos de FHC.

Este quadro mudou com a eleição e reeleição do presidente Lula, onde os investimentos nas áreas sociais se sobressaíram tendo como perspectiva a geração de emprego e renda, porém, tais medidas embora positivas, ainda ficam no campo de políticas compensatórias estruturais.

Relembramos três momentos importantes na geração de emprego com reflexos positivos para o nosso ramo. Começamos quando o governo Lula anunciou em abril de 2006 o pacote para a construção civil contendo isenção e redução de impostos para mais de quarenta produtos que compõe a cesta básica do setor da construção civil, mais utilizados na construção habitacional.

Em setembro do mesmo ano, o governo Lula anuncia o segundo pacote, incluindo a construção civil no Regime Especial de Tributação do Simples e mais medidas como:

- Financiamento imobiliário com taxas pré-fixadas;
- Crédito consignado para financiamento da casa própria;
- Criação do Portal do Crédito Imobiliário;
- Linha da Caixa para financiamento da produção imobiliária;
- Investimentos em moradias para empregados;
- Investimentos em inovação tecnológica;
- Inclusão de isenção e redução de imposto para mais produtos da cesta básica da construção, e;
- Desafetação do imóvel.

E, em fevereiro de 2007, quando o governo federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contemplando investimentos superiores a R\$ 110 bilhões, até 2010 na construção civil e na infra-estrutura, montante que valoriza e potencializa este setor fundamental para a geração de empregos resgatando ao Estado o papel de indutor de crescimento e deixando o empresariado eufórico a estimar um crescimento em cerca de 12% para o PIB do setor e a contratação de cerca de 180 mil trabalhadores.

Não cabem dúvidas, que tais medidas são contribuições decisivas para o aquecimento do mercado interno, com impactos extremamente positivos que incidirão sobre o

conjunto da economia, principalmente, na geração de emprego e renda, melhorando as condições de moradia e de vida de expressivas parcelas da nossa população. Frisamos também que, ao contrário das decisões dos governos anteriores, que priorizavam sempre parasitas e especuladores, o capital produtivo passa a ser agora o grande beneficiado.

Na indústria da Construção

A construção civil é uma das categorias com um dos maiores índices de trabalhadores submetidos à informalidade no Brasil, conforme atestam dados do DIEESE (70%) e da própria Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (69%). Para isso, a baixa capacitação e escolaridade jogam peso determinante: 72% dos trabalhadores nunca realizaram cursos ou treinamento; 80% possuem menos de quatro anos de estudo e 20% são analfabetos, aponta levantamento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, do Departamento de Engenharia e da ABRAMAT.

Este verdadeiro flagelo se agrava com a elevada rotatividade dos seus operários - 56,5% está há menos de um ano na empresa e 47% há menos de cinco anos no setor - o que se reflete no aviltamento da mão-de-obra, com 50% dos trabalhadores do setor ganhando menos de dois salários mínimos, segundo a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e também em altos índices de acidente, que chegam a representar 21,3% do total de trabalhadores acidentados no Brasil.

A contundência destes dados, provenientes de pesquisas cientificamente constatadas, mais do que constrangimento, causa revolta. São índices reais que apontam a gravidade do que representa o analfabetismo, sem dúvida o grande câncer de desigualdade social em nosso país, que permite a uma ampla minoria manipular e subtrair direitos trabalhistas da grande maioria da população brasileira.

Compartilhando do compromisso do governo do presidente Lula com os programas sociais de combate à pobreza, acreditamos que se faz necessário concentrar esforços no sentido de mudar esta triste realidade.

Diante do desafio de contribuir para a superação deste verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento e à justiça social, a CONTICOM-CUT tem lutado de forma incansável para combater a informalidade, a terceirização e a quarteirização, buscando a elevação salarial e um ambiente de trabalho que garanta saúde e segurança dos trabalhadores.

As perspectivas para o ramo são promissoras. Segundo os empresários do setor, a construção civil crescerá, em 2008, 10,2%, uma porcentagem bastante otimista para a criação de novos empregos. Mesmo com a crise norte-americana, dificilmente a China, por exemplo, diminuirá a sua demanda por produtos da construção civil (até por conta da Olimpíada), o que continuará beneficiando o Brasil e os trabalhadores. Além disso, praticamente toda a demanda da construção brasileira está contratada e o PAC deverá contribuir em 45% dos investimentos, estimados em R\$ 180 bilhões.

Não é à toa que os sindicatos patronais estão comemorando. O SINDUSCON-SP, por exemplo, já notificou que o número de trabalhadores formais do setor de construção civil no País chegou a 1,9 milhão, em fevereiro. Foi a maior quantidade de trabalhadores com carteira assinada no setor desde 1995. A maior alta por região no primeiro bimestre foi registrada no Centro-Oeste (6,6%), seguida pelo Sul (4,4%), Sudeste (3,3%) e Nordeste (3,3%). Na região Norte, houve retração de 0,4%.

Desse total, 1.350 milhões de trabalhadores atuarão em obras do PAC. Terão as carteiras assinadas e deverão passar por cursos de qualificação profissional, com carga horária de 200 horas. Uma vitória dos trabalhadores, da CONTICOM e da CUT.

Ao todo, o governo federal, através do Ministério do Trabalho, destinará, até o final do ano, R\$ 150 milhões do Planseq (Plano Setorial de Qualificação). O valor é o dobro dos R\$ 70 milhões que o Planseq aplicou no ano passado, em todos os setores de atividade. Há estudos para que esse investimento continue além deste ano.

Notadamente os trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação, montagem, obras de terraplenagem em geral, obras públicas e privadas; (pontes, portos, canais, viadutos, túneis, saneamentos, ferrovias, barragens, aeroportos, hidrelétricas, termelétricas, manutenção e conservação de rodovias e engenharia consultiva, concessão, gasodutos, oleodutos, viadutos, túneis, metrô, eclusas, dragagens, drenagens, sondagens, britagem, estaqueamento, sinalização, usinas de dosagem de concreto fresco, artefatos de cimento, pré-moldados e obras de artes em geral) são partes integrantes da CONTICOM-CUT.

Os trabalhadores deste seguimento nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul propõem a direção da CONTICOM-CUT que seja incluída no seu plano de ação, e de lutas o indicativo para realização, ainda no segundo semestre de 2008, de um seminário visando a articulação política dos sindicatos integrantes do seguimento, bem como os das concessões de rodovias, tendo como pontos importantes os seguintes temas:

- a) Qualificação profissional para o setor;
- b) Segurança e medicina do trabalho;
- c) Alteração da NR-18;
- d) Formação de dirigentes; e
- e) Contrato coletivo nacional do seguimento.

A CONTICOM-CUT deve intervir juntamente com seus sindicatos, por intermédio dos CPR's e CPN no complemento da norma já existente em saúde e segurança para atender os seguimentos citados acima no ramo da indústria da construção. (grupo de risco 4).

Reafirmar positivamente a inclusão junto ao Projeto de Qualificação Setorial – PLANSEQ, a inclusão das funções que integram os trabalhadores inseridos no seguimento acima para que sejam também qualificados.

Ter como meta dentro de sua articulação política, o apontamento para criação de federação interestadual orgânica à CUT, para fortalecimento do seguimento e interação de suas atividades junto a CONTICOM-CUT, visando à unificação deste setor dentro da Confederação.

Trabalhar na perspectiva de dialogar com os sindicatos de outros estados, para se engajarem no processo de construção e consolidação deste seguimento junto à CONTICOM-CUT, inclusive com a criação de secretarias específicas ou grupo de trabalho.

A CONTICOM-CUT deve olhar esse seguimento com outros olhos, inclusive em suas falas, citar apenas o ramo da indústria da construção.

Trabalhar uma agenda de visitas dentro do período do mandato a ser eleito neste 5º Congresso, para realizar reuniões com esse seguimento a serem inseridos no projeto da Confederação, especificamente nos Estados onde estão sendo realizadas obras e investimentos do PAC.

Relação Sindicatos X Petrobrás e Obras do PAC

No momento da assinatura dos contratos com empresas prestadoras de serviços, é preciso que esteja especificado qual o sindicato que representará os trabalhadores, obedecendo a atividade preponderante da empresa contratada, levando em consideração o contrato social da mesma, que deverá cumprir as condições ou acordos da região.

Responsabilidade direta da Petrobras junto às empresas que quebrarem e deixarem o passivo trabalhista, garantindo respeito ao cumprimento da legislação e dos direitos dos trabalhadores – Luta conjunto, sob a coordenação da CONTICOM-CUT, (já existem várias ações na justiça do trabalho sem acordos ou sem recebimento de pagamentos)

Pagamento de periculosidade em todo canteiro de obra na Petrobras;

Articular uma audiência com a direção da Petrobrás e a Casa Civil para discutir a relação de trabalho, segurança e benefícios com as empresas contratadas;

Reunião nacional dos sindicatos com montagem e manutenção industrial para discutir uma agenda mínima de lutas;

Cadastro nacional das empresas, para orientação da ação sindical

Os desafios da gestão das florestas naturais

O Brasil possui a segunda maior área de florestas naturais do planeta, com 477 milhões de hectares. No total, nossa vegetação natural passa de meio bilhão de hectares - só é menor do que a da Rússia - e abriga a maior biodiversidade do planeta, assim como a quinta parte da água doce da Terra e uma diversidade única de culturas e populações associadas à floresta.

As florestas no Brasil têm um enorme potencial para serem peças chaves no desenvolvimento nacional sustentável. Nossas florestas naturais e plantadas provêm produtos e serviços de diversas cadeias produtivas, incluindo madeira e móveis, papel e celulose, tinturas e corantes, alimentos, chapas de fibra, óleos, resinas e elastômeros, fármacos, cosméticos, carvão, energia, eco turismo, estoque e captura de carbono, além de proteção de mananciais.

A gestão dessas florestas naturais do Brasil tem três grandes desafios: 1) manter e ampliar a cobertura florestal, 2) ampliar as áreas de proteção integral em áreas de alto valor para conservação e 3) promover o desenvolvimento socioeconômico, a partir do uso sustentável das florestas.

Estes desafios devem ser alcançados e superados a partir de ações que permitam maximizar os benefícios socioeconômicos, a preservação da biodiversidade e da cultura local, assim como a correta valoração dos serviços e benefícios globais, gerados por este precioso patrimônio brasileiro.

O mundo vem construindo seu projeto de desenvolvimento a partir do consumo de recursos naturais. No caso das florestas, que provêm produtos utilizados desde as mais longínquas civilizações, este processo é, cada vez mais, dramático e insustentável.

Ao observarmos a Europa Ocidental, a China, o sudeste asiático e a ocupação do oeste dos Estados Unidos, para citar alguns exemplos, podemos observar como, em algumas décadas, os recursos florestais nesses locais foram exauridos, até que a escassez de madeira e lenha, a erosão do solo e a degradação da água se fizessem

críticas. Só então, iniciou-se um esforço caríssimo de recuperação florestal. Hoje, a Europa é a única região do planeta aonde a área florestal vem crescendo em vez de diminuir. Somente na China, os investimentos em reflorestamento vão custar US\$ 100 bilhões, em 10 anos.

Na região da nossa Mata Atlântica, chegamos a uma situação muito similar e os investimentos para recuperar as florestas nesta região serão tremendos. A pressão agora é muito forte sobre outros biomas, como a Caatinga, o Cerrado e a Amazônia.

O Brasil teve, por mais de uma década, a maior taxa de desmatamento do mundo. Em 2003, a taxa do desmatamento batia a casa dos 25 mil km² por ano de florestas na Amazônia. Nos últimos dois anos o desmatamento caiu 52%. Além de manter a cobertura florestal, são fundamentais que sejam protegidas, de forma especial, as áreas que tenham alto valor para conservação, seja por seus atributos biológicos, culturais ou cênicos, ou ainda por sua função de proteção do solo e conservação da água.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é fundamental para fornecer o regramento para a criação e a gestão das UCs. Nos últimos 4 anos, foram criados, no Brasil, mais de 40 milhões de hectares de unidades de conservação, sendo metade federal e outra metade estadual. É uma área equivalente a mais de quatro vezes o estado do Rio de Janeiro.

Entre terras indígenas e unidades de conservação, o Brasil possui mais de 150 milhões de hectares de áreas protegidas.

O terceiro grande desafio é promover o uso sustentável das florestas plantadas e a recuperação e restauração das áreas degradadas. Valorizar a floresta em pé é uma das mais poderosas maneiras de garantir que a comunidade local e a sociedade em geral desejem e pratiquem a sua conservação.

Potencial Florestal

As cadeias produtivas relacionadas com florestas respondem por, pelo menos, 4% do Produto Interno Bruto do Brasil, assim como por 6,5 milhões de empregos e por mais de 7% das exportações brasileiras.

Para se ter uma idéia do potencial da floresta, com apenas 10 milhões de hectares de florestas, entre plantações e áreas de manejo florestal sustentável, o Brasil acumulou uma exportação de US\$ 8,2 bilhões, em 2006. A título de comparação, o setor de pecuária exportou o mesmo valor, ocupando uma área de 200 milhões de hectares com pastagens.

Por outro lado, as plantações florestais cumprem um papel importante para a conservação das florestas naturais. Pois, as plantações diminuem a pressão de exploração nas florestas naturais, especialmente de produtos de menor valor in natura, como toras para celulose, carvão e energia. Também o setor de florestas plantadas tem um dos melhores desempenhos do setor de cultivo em geral, na manutenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. São mais de 1,5 milhões de hectares de florestas naturais conservadas nas áreas de plantio florestal no Brasil.

No caso das florestas naturais, as duas principais preocupações são a promoção da cultura de proteção e conservação florestal nas propriedades agrícolas e a gestão das florestas públicas, que representam mais de 60% de todas as florestas naturais do país. Até 2006 não se tinha um marco regulatório que orientasse sua conservação e seu uso sustentável.

Para enfrentar este desafio, o Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Nacional de Florestas - PNF investiu 14 meses na preparação de um projeto, com ampla consulta pública, para regulamentar a gestão de florestas públicas no país. Depois de 11 meses de tramitação no Congresso Nacional, o mesmo foi sancionado, em março de 2006.

A Lei 11.284, em referência, tem quatro objetivos centrais: 1) define as regras para a conservação e manejo das florestas públicas; 2) cria o Serviço Florestal Brasileiro, como órgão regulador da gestão das florestas públicas e como promotor do desenvolvimento florestal sustentável no Brasil; 3) cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, voltado para o desenvolvimento tecnológico, promoção da assistência técnica e incentivos para o desenvolvimento florestal sustentável e, por fim; 4) promove a descentralização da gestão florestal, para compartilhar as atribuições entre união, estados e municípios.

Ainda em 2006 foi criado o Serviço Florestal Brasileiro, que já está implementando as medidas de transição para o novo modelo de gestão, que inclui a criação de unidades de conservação, a destinação de florestas públicas para comunidades locais e a licitação para concessão florestal para empresas brasileiras.

Para os próximos 10 anos, espera-se que mais de 25 milhões de hectares estarão manejados por comunidades e outros 13 milhões de hectares estarão sobre regime de concessão florestal. Este manejo movimentará uma economia sustentável de mais de R\$ 7 bilhões e a inclusão social de mais de 150 mil famílias.

Todas essas ações têm um enorme custo, que precisa ser internalizado por todos os beneficiários, no Brasil e no mundo. Nos últimos dois anos, com a redução do desmatamento na Amazônia em 52%, deixaram de ser emitidas mais de 400 milhões de toneladas de carbono, o que representa o equivalente a cerca de 15% do compromisso de redução de emissões do Protocolo de Kyoto para todos os países desenvolvidos.

A importância do manejo florestal

O manejo florestal é um sistema de que combina produção com preservação e conservação de muitos outros produtos não madeireiros, serviços ambientais e funções ecológicas da floresta - manejo florestal sustentável (MFS), considerando como paradigma do setor florestal tropical há mais de um século. A definição da FAO (Food and Agriculture Organization da ONU) para MFS é a seguinte: "manejo e conservação da base dos recursos naturais e a orientação tecnológica, que proporcionem a realização e a satisfação contínua das necessidades humanas para a atual e futura geração".

Desenvolvimento sustentável na área florestal significa também a conservação da terra, água, patrimônio genético e a utilização de métodos tecnicamente apropriados para atenderem os requisitos de sustentabilidade podem, simultaneamente, reduzir custos em função de um planejamento e controle técnico.

Resumindo, o Manejo Florestal é um conjunto de técnicas empregadas para colher cuidadosamente parte das grandes de tal maneira que as menores árvores a serem colhidas futuramente, sejam protegidas. Com a adoção do manejo a produção de madeira pode ser continua ao longo dos anos.

O Manejo Florestal é obrigatório por lei. As empresas que não fazem manejo estão sujeitas a diversas penas. Embora as fiscalizações tenha sido pouca efetiva até o momento, é certo que essa situação vai mudar. Recentemente, tem aumentado as pressões da sociedade para que as leis ambientais e florestais sejam cumpridas.

Certificação Florestal

As exigências de que os produtos e serviços florestais sejam produzidos de maneira sustentável refletem a preocupação mundial pela proteção da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas, preocupações estas que começaram a ser internacionalizadas nos mercados, através da adoção voluntária da certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia para os produtos florestais.

O que aqui no Brasil denominamos de Conselho de Manejo Florestal, surgiu no conjunto das crescentes taxas de desmatamentos das florestas em todo mundo, especialmente as florestas tropicais. Cabe lembrar que o que contribuiu para a mobilização da opinião pública internacional foi o desmatamento da floresta amazônica brasileira, movido pelos incentivos fiscais governamentais, concedidos entre as décadas de 1960 e meados de 1980. Incentivos estes que serviram, dentre outras coisas, para alavancar o setor industrial de plantações florestais.

O ideal é que a adesão ao manejo florestal sócio ambiental responsável não se limite exclusivamente por ganhos financeiros do mercado, mas sendo um instrumento de mercado é entendível que ganhos financeiros orientem a ação de empreendedores. Cabe à sociedade como um todo fazer valer que, mesmo sendo um instrumento de mercado, a certificação florestal ultrapasse a relação impessoal de mercado, exatamente por conceder atenção às questões sociais e ambientais que afetam a todos nós, cidadãos, em qualquer país do mundo.

A cadeia de custódia se refere ao processo completo pelo qual passa o produto florestal, a partir da sua origem (a floresta), até se transformar em um produto final ofertado nos mercados de atacado ou varejo. Em outras palavras, o objetivo da cadeia de custódia abrange todas as etapas que vão desde a colheita, transporte, processamento primário, processamento secundário até a colocação do produto final no mercado.

Ações Positivas – “CIDADE AMIGA DA AMAZONIA”

A exploração criminosa de madeira na Amazônia é uma das maiores ameaças ao futuro da floresta e de suas comunidades tradicionais. Madeira ilegal significa degradação ambiental, evasão fiscal e empregos irregulares de péssima qualidade. Para combater a exploração criminosa de madeira, o Greenpeace, uma ONG ambientalista, criou o programa “Cidade Amiga da Amazônia”, no qual a CONTICOM-CUT se tornou parceira direcionada às prefeituras brasileiras.

As prefeituras consomem grandes volumes de madeira em obras e serviços públicos. Ao tornar-se “Cidade Amiga da Amazônia”, as administrações municipais adotam leis que complementam a lei de licitações, criando mecanismos que garantem a utilização de madeira de origem comprovadamente legal e sustentável. A idéia é que as prefeituras brasileiras sejam exemplos de consumidores conscientes para o restante da sociedade, utilizando seu poder de compra como política ambiental e favorecendo empresas madeireiras que estão realmente comprometidas com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No que se refere a insumos provenientes da Amazônia, como a madeira utilizada em mobiliário e construções, de obras públicas deve ser estabelecida critérios de controle a serem contemplados nos processos de licitação para aquisição de materiais e contratação de serviços. As prefeituras devem trabalhar para evitar que as compras municipais alimentem o rompante comércio de madeira ilegal e criminosa proveniente da região amazônica.

A Indústria do Mobiliário

A indústria brasileira de móveis é formada por mais de 16 mil micros, pequenas e médias empresas que empregam mais de 415 mil trabalhadores. Localizam-se, em sua maioria, na região centro-sul do país, constituindo em alguns estados, pólos moveleiros, a exemplo de Bento Gonçalves (RS), São Bento do Sul (SC), Araçatuba (PR), Mirassol, Votuporanga e São Paulo (SP), Ubá (MG) e Linhares (ES).

São empresas familiares tradicionais e, na grande maioria, de capital inteiramente nacional, tendo algumas de capital internacional. Como em todo o mundo é uma indústria muito fragmentada caracterizando-se, principalmente, por dois aspectos: a) elevado número de micros e pequenas empresas, em um setor majoritariamente nacional; b) grande absorção de mão-de-obra.

O número total de trabalhadores (415 mil) no setor registra apenas os trabalhadores com carteira assinada, conforme a RAIS. Mas, estudo recente (publicado na revista Exame 819, em junho de 2004) sobre a informalidade, estima-se que 51% do mercado de móveis no Brasil seja de trabalhadores informais o que indica que o número total seja muito superior àquele registrado pela RAIS. Do total de trabalhadores formais, a grande maioria é homens (85%), uma grande parcela (75%) está entre 18 e 39 anos e sem a conclusão do 1º grau escolar (53%) sendo 1,67% analfabetos.

Em um estudo realizado no final de 2002, mostrou que a rotatividade no setor está em 30%, sendo a maior entre os setores industriais brasileiro, naquele ano. Quase 50% maior que a média para a indústria nacional. Outro indicador de rotatividade é a distribuição dos empregados, segundo o tempo de trabalho na empresa onde os empregados com até dois anos de vínculo somaram 56,6% na indústria mobiliária.

De forma resumida, podemos concluir que o setor do mobiliário no Brasil é composto, por homens, em uma faixa de idade média, com baixo índice de escolaridade. Seus empregos são normalmente em pequenos estabelecimentos com remuneração reduzida e um tempo pequeno de permanência no emprego, nos colocando com essas características na base da pirâmide dos trabalhadores industriais.

Tem-se observado a entrada de grande número de jovens no setor, principalmente, pelo desenvolvimento tecnológico, gerando um grande número de desempregados com mais de quarenta anos, em média. Considerando que no Brasil esta é uma idade de exclusão do mercado de trabalho, hoje temos muitos pais de famílias, marceneiros, montadores e operadores de máquinas, sem perspectiva e sem qualificação para o novo mercado informatizado.

Com o aumento havido nas exportações, nos últimos anos, a indústria vem desenvolvendo a sua capacidade de produção. Algumas até usando novas formas de produção. Mais muitas outras ainda insistem em manter as velhas máquinas sem proteção, o que gera enormes números de acidentes. Só para ilustrar, em 2000 foram registrados 17.467 acidentes, dos quais 121 fatais.

Indústria de Serrarias e Carpintarias

Indústria de grande potencial econômico e principal exportador no setor da madeira, mas aliado a um alto índice de descaso com o bem estar dos trabalhadores. A maioria com maquinários obsoletos, ruídos intensos acima de 110 DBS, proporciona grande esforço físico, não treina seus trabalhadores para desenvolverem as funções exercidas, geradora de alto índice de acidentes, bem como doenças, devido aos produtos químicos utilizados nas colas (base de amônia) no processo de fabricação de chapas e compensados, além da alergia e dermatoses geradas pela exposição ao pó.

Outro fator que não podemos esquecer é que, em virtude da falta de uma política de aproveitamento dos resíduos, este é um dos setores poluidores do meio ambiente, devido a queima ocorrida, gerando doenças respiratórias aos trabalhadores e a população ao redor das grandes indústrias.

Porém, é interessante lembrar que boa parte deste setor está trabalhando na perspectiva de obterem a certificação florestal, devido ao interesse da exportação, visto que o mercado internacional, cada vez mais, vem fechando as portas para a madeira que não foram manejadas corretamente.

O desenvolvimento do setor

Na outra ponta do ramo, a Indústria da Madeira e do Mobiliário também apresenta uma saúde invejável. As exportações de produtos de base florestal bateram novo recorde em 2007 e seguem caminho semelhante em 2008.

É a terceira maior empregadora de mão-de-obra no Brasil, com 852 mil trabalhadores, que representam 6,8% da ocupação do setor industrial.

Os segmentos da madeira, móveis, papel e celulose exportaram US\$ 9,07 bilhões. Um crescimento de 10% sobre 2006. Do total das exportações brasileiras, este segmento representa significativos 7%.

Papel e celulose lideram as exportações, seguidos de perto pela madeira e pelos móveis. São Paulo ainda é o maior exportador do complexo de base florestal, sobretudo devido a sua forte presença no item "papel". Em seguida, vem o Paraná (madeira). Santa Catarina vem em terceiro lugar e o Pará na seqüência.

Dos países que importam nossa madeira, os EUA são o maior deles com 34%.

O governo Lula deu um grande incentivo à exportação. E o que é melhor, o comércio tornou-se mais diversificado. Em cinco anos as vendas externas saltaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 3,33 bilhões, representando um crescimento de 60%, e a dependência dos EUA, embora alta, já foi de 50%. Hoje, grandes compradores surgiram no mercado brasileiro como o Reino Unido, Bélgica e Espanha.

No papel e celulose, as exportações em 2007 aumentaram 18% sobre 2006. Pasta e celulose lideram as vendas, seguidos de papel e papelão. No total, o setor crescer 66%. Semelhante ao da madeira.

O maior exportador é o Espírito Santo (com 30% do total). Bahia vem em seguida (25,7%) e Minas depois (18%). Os EUA também são os maiores importadores desse quesito. Holanda vem em segundo e China em terceiro lugar, seguido de perto pela Itália.

Já São Paulo lidera a exportação do papel e papelão, com 56% da produção. Na seqüência vem o Paraná (20%) e Santa Catarina (11,8%). A Argentina é a principal consumidora. Em seguida, vêm os EUA, o Chile e a Itália.

Outro produto que teve sua exportação recorde em 2007 foi o setor de móveis. O segmento cresceu 3,8% em relação a 2006. O principal mercado novamente são os EUA, vindo, em seguida, a França e a Argentina. Santa Catarina é o principal exportador.

Diante deste contexto propomos:

- 1) Articular o seguimento dentro da Confederação;
- 2) Reativação do fórum de competitividade;

- 3) Programas de formação para dirigentes do setor, a ser iniciado imediatamente após o período eleitoral (segunda quinzena de outubro)
- 4) Trabalhar a organização das OLTs
- 5) Elaboração de uma pauta nacional que contemple:**
 - a) Piso nacional unificado
 - b) Unificação de datas bases
 - c) Saúde e segurança no local de trabalho (agentes químicos, ruídos, umidades, poeiras etc.;
 - d) Representação sindical nos locais de trabalho;
 - e) Certificação das plantações de árvores, fazer estudos de impactos para saber onde pode haver plantações.
 - f) Garantir a fiscalização para que a matéria-prima da indústria seja necessariamente a madeira certificada;
 - g) Reabilitação profissional;
 - h) Elaboração de um programa de formação e qualificação profissional;

Acidentes e doenças

Cerca de 6 mil pessoas morrem por dia em consequência de acidentes e doenças ligadas a atividades laborais. São 270 milhões de acidentes de trabalho não fatais e 160 milhões de casos novos de doenças profissionais por ano. E de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esses dados divulgados por ocasião do Dia Mundial de Saúde e Segurança do Trabalho não tendem a retroceder.

“Na atualidade, as rápidas mudanças tecnológicas e uma economia que se globaliza a passos gigantescos apresentam novos desafios e geram pressões sem precedentes em todos os âmbitos do mundo do trabalho”, avalia o diretor-geral da OIT, Juan Samovia. O órgão ligado à ONU estima que o custo direto e indireto de acidentes e doenças do trabalho possa chegar a 4% do PIB do mundo, ou seja, US\$ 1,25 bilhão. Essa quantia equivale a mais de 20 vezes os investimentos globais de assistência de desenvolvimento oficial. Migrantes e marginalizados correm mais riscos, porque se submetem a trabalhos mais inseguros.

No Brasil, também se estima que, além do incalculável prejuízo social, os acidentes e doenças de trabalho atinjam, aproximadamente, 4% do PIB nacional, levando-se em conta, além do setor privado, o segmento informal e rural, os funcionários públicos, os cooperados e os autônomos. De acordo com dados oficiais do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, publicado em janeiro de 2008, foram registrados no país 503.890 acidentes de trabalho em 2006, apenas na iniciativa privada regular.

No entanto, o crescimento de nossas indústrias, e principalmente do ramo da construção e da madeira, tem aumentado em muito os índices de acidentes e mutilações, e o nosso setor tem sido o campeão de acidentes no trabalho levando em consideração as sub-notificações, que é a falta de registro em carteira, onde o próprio segmento patronal reconhece uma taxa de 70% na informalidade.

No histórico dos acidentes do trabalho no Brasil da década de 70 para cá, os números vem diminuindo pela aplicação nas NRs e outras ações. Porém, esses índices poderia até ser menores se o seguimento patronal não colocasse o lucro acima de tudo, retirando proteções das máquinas para forçarem maior produtividade, aumento da jornada através de horas extras, terceirização, tarefas e outras formas de precarização no processo produtivo.

O setor da construção tem três pontos críticos com relação aos acidentes que é o acidente por queda de altura, soterramento e choque elétrico. Que em muitos desses casos são acidentes fatais.

Um aspecto positivo foi a implementação do NTEP – (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário), em abril de 2007. Um mecanismo que relaciona doenças às atividades profissionais nas quais ocorre com maior frequência. Desde então, segundo dados do Ministério da Previdência Social (MPS), reduziu os casos de sub-notificações das empresas e fez crescer o registro de doenças ocupacionais em média 134%. Dentro desse quadro, o número de casos de doenças osteomusculares, entre elas as LER/DORT, aumentou 512,3% ou seja, 84,77% do total de doenças do trabalho, embora tenhamos alguns problemas com relação a aplicação do NTEP.

Muito embora o NTEP tenha sido um avanço, não podemos nos esquecer que na contramão, a Previdência Social (INSS) tem prejudicado e muito os trabalhadores(as) com a adoção das chamadas “alta programada”, não respeitando a situação de saúde dos companheiros que, quando vai recorrer da decisão do INSS, em muitas vezes os companheiros ficam sem pagamento do benefício, quando as empresas da qual era funcionário, exemplo no caso da construção civil, a obra já terminou.

A circulação de informações continua sendo um fator de suma relevância para a saúde e segurança no trabalho, avalia Jófilo Moreira Lima Jr., diretor técnico da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro). “Hoje, é difícil mascarar óbitos. Mas existem lacunas de informações sobre doenças e acidentes”, coloca.

Jófilo Moreira nota ainda que trabalhadores, especialmente em áreas de maior risco como a construção civil, têm se conscientizado a respeito da importância da prevenção. Normas de saúde e segurança de trabalho que passaram a ser adotadas apenas por obrigação, em cumprimento à lei, acabaram despertando a necessidade de uma visão mais ampla da questão, relata.

Nesse sentido, avança “em doses homeopáticas” a concepção da saúde e segurança como parte da gestão do trabalho. “Precisamos deixar de contar apenas os acidentados e passar a pensar em acidentes. Existem acidentes, por exemplo, em que não há lesados”, diz o diretor técnico da Fundacentro, instituição vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa abordagem como parte da gestão mais integral do trabalho requer, segundo ele, melhorias e compromissos mais abrangentes.

Neste sentido, as fiscalizações (formal e informal) do ambiente de trabalho também vêm aumentando, bem como empresas e sindicatos estão abandonando a cultura de “esconder” acidentes. “A teoria do culpado está, pouco a pouco, se enfraquecendo”, relata. Mas, além da problemática da informalidade, ele afirma que o país está “atrasado” no aspecto da educação e da formação técnica para a prevenção de acidentes. “Literatura técnica não é a mesma coisa que a letra da lei”, completa. “Isso mostra que as coisas não são tão simples como querem fazer parecer”.

Diante destas constatações A CONTICOM-CUT deve lançar campanha nacional de combate a acidentes de trabalho, pela segurança e condições de trabalho, tornando obrigatório o trabalho de formação e conscientização de prevenção de acidentes, em defesa da vida que compreenda:

- Orientação aos sindicatos para que seja divulgada a lei sobre as CATs nos seus boletins;
- Orientação aos sindicatos para desmistificar o ato inseguro, que é o caminho para culpar as empresas pelo acidentes em suas dependências;
- Orientação aos sindicatos para garantir o livre acesso dos dirigentes sindicais aos canteiros de obras através das negociações coletivas;
- Orientação aos sindicatos para acionar MTE, MPT, CPR'S e outros órgãos quando do não cumprimento das normas de segurança;
- Retomar as atividades do Coletivo de Saúde CONTICOM-CUT;

- Capacitar as CIPA's e Comissões de Trabalho, para trabalharem as dificuldades enfrentadas;
- Trabalhar e fortalecer os CPR's e CPN;
- Divulgar os produtos químicos que possam causar câncer no setor;
- Campanha de redução do peso do saco de cimento e outros produtos de igual ou superior ao peso;
- Campanha pelo banimento do amianto;
- Intensificar a luta pela preservação da vida e combate a silicose com ações enérgicas de fiscalizações e campanhas tipo abaixo a poeira;
- Não deixar passar sem atividades o dia 28 de abril, dia mundial em memória das vítimas de acidente;
- Em conjunto com a CUT promover uma campanha para realização de concurso público para auditores fiscal do MTE e Fundacentro obedecendo, os requisitos necessários.

As mulheres no mercado de trabalho

A participação das mulheres no mundo do trabalho passa a ter fundamental relevância, a partir dos anos 40. Desde então, as relações entre homens e mulheres tornou-se, cada vez mais, complexas, sempre tendo como base material a "divisão sexual do trabalho", aprofundando as desigualdades e hierarquias de poder.

No Brasil, no final dos anos 70 e início dos anos 80, ainda sob o contexto da ditadura militar, o movimento feminista ressurgiu com força e impôs à sociedade uma reflexão sobre a situação porque passa a mulher no mundo do trabalho. Destaca-se, por exemplo, a luta feminista, a partir de 1975 até a promulgação da nova Constituição, em 1988, quando se assinalaram muitas conquistas.

No entanto, questões fundamentais como as diferenciações salariais, vínculos empregatícios, precarização do trabalho, acesso a cargos de chefia, assédio sexual, ainda permanecem vivas nas relações de trabalho e de gênero.

As mulheres continuam ainda mais sujeitas ao desemprego, aos baixos salários, à precarização do trabalho, à violência nas relações domésticas, sobretudo quando se trata da mulher trabalhadora negra, vítima de tripla discriminação: de gênero, de raça e de classe.

Com a ofensiva neoliberal no final dos anos 80 e início dos 90, estabeleceu-se no mundo, e também no Brasil, a predominância de um ciclo conservador que afetou sensivelmente a classe trabalhadora, agravando, ainda mais, a situação das mulheres.

Sob o governo Lula, construíram-se, com ampla participação democrática, políticas de Estados avançadas. As mulheres passaram a ocupar um espaço cada vez maior não só no mercado de trabalho, mas em todos os segmentos sócio-políticos e culturais da sociedade, embora os salários ainda continuem sendo menores do que os dos homens, mesmo por funções iguais. O diferencial é que a remuneração da mulher não é mais um complemento da renda da família, porque, a cada dia que passa, cresce o número de mulheres chefes de família. Mulheres que buscam a profissionalização e a independência econômica e financeira.

Nesse sentido, cabe à sociedade e, em particular, ao movimento sindical aprofundar o debate sobre essa participação da mulher, sua contribuição em todos os âmbitos da sociedade e qual a contrapartida na promoção de atividades que visam à igualdade de oportunidades e o fim da discriminação.

Infelizmente, por mais atenção que demonstram ter com estas questões, os homens ainda estão aquém das expectativas femininas no que se refere à abordagem dos

problemas das mulheres trabalhadoras. O número de mulheres no movimento sindical aumenta a cada dia e, por isso mesmo, torna-se necessário e urgente adotarmos estratégias políticas bem definidas se quisermos, mesmo que a médio e longo prazo, avançar na luta pela igualdade e fim da discriminação contra as mulheres, quer no ambiente de trabalho, quer no âmbito familiar.

É preciso, portanto elevar a resistência dos trabalhadores, em especial nas organizações de mulheres (a exemplo do que faz nossa Confederação, com o trabalho desenvolvido, a partir da criação da Secretaria da Mulher) como parte da luta pela superação desse cenário. Nesse sentido propomos:

- 1.** Lutar pela valorização do trabalho da mulher; que compreende a garantia de acesso ao trabalho em condições de igualdade de direitos, na legislação e na vida real, com registro em carteira, salário igual para trabalho igual, acesso aos mecanismos de qualificação e aos cargos de direção, direitos trabalhistas garantidos, a exemplo da licença maternidade, e licença paternidade, com redução da jornada de trabalho.
- 2.** Lutar pela ampliação dos direitos humanos e de cidadania, particularmente no combate à violência, à discriminação racial e livre orientação sexual.
- 3.** Lutar pela preservação do meio ambiente através de ações articuladas com outras entidades e dentro de práticas transversais.
- 4.** Lutar pela criação de equipamentos de apoio, como creches, nos eventos de nossas entidades, o que facilitaria a participação das mulheres nas atividades promovidas pelas entidades de trabalhadoras e populares.
- 5.** Lutar pela inclusão da questão de gênero na formação dos trabalhadores enquanto representantes e sindicalistas do sexo masculino, pois, por enquanto, o tema é discutido somente entre as mulheres.
- 6.** Formação para dirigentes na questão de gênero tendo como parâmetro o projeto de formação "Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável";
- 7.** Ação de potencialização de atividades para as mulheres via secretaria nacional de mulheres da CUT;
- 8.** Planejamento estratégico das mulheres do ramo a realizar-se após as eleições deste ano;
- 9.** Realizar o encontro da mulher trabalhadora do ramo não atrelado ao período da realização do congresso;
- 10.** Realizar ações integradas com a Secretaria de Formação, com objetivo de fortalecer a qualificação profissional do gênero;
- 11.** Priorizar cláusulas voltadas para a mulher nas convenções coletivas;

Balanco da Gestao

A Direção da CONTICOM-CUT considera "inegável" a sua participação e o trabalho da Confederação, de suas federações e sindicatos na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores, no último período. Acredita também que sua participação nos fóruns de debates onde envolva a sociedade tem sido positiva. No entanto, há que se discutir os motivos pelos quais ainda não conseguiu se organizar e desenvolver um planejamento capaz de ordenar esse desempenho de maneira mais produtiva e eficiente.

Embora tenhamos dado um salto de qualidade para manter bem informado todos os dirigentes sobre os principais acontecimentos da conjuntura política, econômica e sindical do país, principalmente, sobre nossa categoria, ainda assim, há carência de envolvimento do conjunto da Direção.

Há que se ressaltar, no entanto, a participação efetiva da Direção no acompanhamento das greves que a categoria realizou nesses últimos anos pelo Brasil e das mobilizações em Brasília que demonstraram ser de máxima importância não só para os trabalhadores da construção civil, da madeira e do mobiliário, mas de toda a classe trabalhadora. São ações desse tipo que engrandecem e colocam a CONTICOM-CUT no cenário do movimento sindical brasileiro, com o devido destaque.

A greve dos trabalhadores em Camaçari, BA, por exemplo, pode ser apontada como "referência" para as campanhas salariais da categoria pelo Brasil. Após 27 dias de greve, a categoria conseguiu passar por cima da intransigência patronal e conquistar 9,5% de reajuste salarial, superando o reajuste de 9,2% ao salário mínimo.

Não se pode, portanto, responsabilizar individualmente este ou aquele dirigente, esta ou aquela força política, por um eventual "pouco empenho". É um equívoco analisarmos, nesse balanço político do mandato da Direção, situações somente pelo ponto de vista quantitativo, sem levar em consideração a qualidade da participação – ainda que precária – dos sindicatos.

Em que pese toda dificuldade, esta direção tem a certeza que "o trabalho até aqui realizado é fruto do esforço coletivo, onde os acertos foram várias vezes superiores aos erros caso tenham ocorrido.

A CONTICOM-CUT no cenário nacional

Nesse último período, a nossa Confederação ampliou e expandiu sua participação nos diversos fóruns de debate sobre o desenvolvimento econômico, político e social do País, como por exemplo: Conselho das Cidades; Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social do Ministério das Cidades; Comissão Nacional de Florestas; Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal; Comissão de Gestão de Florestas Públicas do Ministério do Meio Ambiente; Fórum de Competitividade do Setor da Construção Civil e do Setor da Madeira e Móveis do Ministério da Indústria e Comércio; e no Comitê Permanente Nacional sobre as Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção no Ministério do Trabalho e Emprego.

Junto à FUNDACENTRO, a CONTICOM-CUT reivindicou e já está em desenvolvimento uma pesquisa sobre as novas tecnologias empregadas na Indústria da Construção Civil e seus impactos para os trabalhadores, que vem causando velhice precoce, lombalgias, LER/DORTS, artroses, etc. Para subsidiar em nossos projetos de transformação da nossa categoria em penosa, insalubre e periculosa.

Apontamos também os acertos em nossa participação tanto na V CEMATIC, realizada em outubro de 2005, em Recife, PE, e no XXVII Simpósio Internacional, realizado, em março de 2006, em Salvador, BA.

Isso tudo, sem contar a nossa participação nos diversos conselhos estaduais e municipais, por estarem diretamente ligados aos sindicatos filiados em seus respectivos estados e municípios. Há participação efetiva e importante dos nossos dirigentes nos conselhos municipais e estaduais da Saúde, nos conselhos sindicais das DRT's, nos CPR's, entre outros.

Apesar dessa participação, não podemos deixar de apontar que ainda se faz necessário que a Direção da CONTICOM-CUT, as federações e os sindicatos filiados

discutam, de forma planejada e sistemática, o engajamento, de maneira mais eficiente e conexa, nas lutas pelo controle social das políticas propostas e aprovadas nesses conselhos.

Tivemos uma participação importante junto ao Ministério do Trabalho, quando apresentamos, em diversas reuniões realizadas nesse período, as nossas propostas, principalmente, contra as terceirizações no setor e medidas de combate à precarização das condições de trabalho. Destaca-se também a nossa interferência decisiva na elaboração das propostas da Certificação Profissional para os trabalhadores da construção civil e da construção da Árvore da Categoria (quando vários sindicatos fizeram sugestões), e ainda nas disputas por representações com outras centrais sindicais nas reuniões promovidas pela Secretaria de Relações do Trabalho.

Trabalho árduo em Brasília

A Direção da CONTICOM-CUT também acertou ao aprovar, durante o IV Congresso, realizado no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte, MG, propostas de alteração no Artigo 193 da CLT que considera “perigoso” o trabalho na Indústria da Construção Civil para efeitos da aposentadoria- especial aos trabalhadores do setor. Essa proposta virou Projeto de Lei (sob o n.º 6075/2005), de autoria do Deputado Federal Vicente Paulo da Silva (PT/SP) e foi referendada por outras forças políticas.

Com o andamento do projeto gerou uma demanda para a Confederação que foi a reunião com técnicos da FUNDACENTRO, dirigentes dos sindicatos filiados e técnicos de segurança de outras centrais sindicais, em São Paulo, formulou emendas para aperfeiçoar o PL.

Outra proposta elaborada e levada a Brasília pela Confederação foi o PL 6944/2006 que trata das regras para a realização de obras financiadas com recursos públicos, fruto das discussões com o Conselho Curador do FGTS e com a Secretaria de Fiscalizações do Ministério do Trabalho. A CONTICOM-CUT quer demonstrar à sociedade que os trabalhadores da construção civil querem reparar os prejuízos financeiros e sociais que tiveram no decorrer dos tempos e acumulados pelos governos neoliberais Collor/FHC para garantir direitos através de leis federais.

Outro projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados de grande importância aos trabalhadores, mas este sem definição é o PL 2134/2003, que trata da obrigatoriedade das empresas em fornecer alimentação aos trabalhadores ainda nos canteiros de obras. O projeto já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho e encontra-se parado na Comissão de Finanças e Tributação. Depois de muito trabalho, a Conticom conseguiu demover o relator Deputado Max Rosenman (PMDB/PR) de dar parecer contrário. Apesar de encaminhar o projeto para aprovação, não teve tempo hábil para votá-lo na legislatura passada. Hoje, o novo relator do PL, deputado João Dado (PDT/SP) ainda não deu o seu parecer.

Manifestações

Participamos de todas as manifestações convocadas pela CUT, em Brasília. A participação dos companheiros aumentou a cada evento. Foi assim, quando aproximadamente 300 trabalhadores dos sindicatos da construção civil e do mobiliário do país se somaram aos milhares de trabalhadores que marcharam contra a Emenda 3 e por melhores condições de trabalho, em agosto de 2007. A Emenda 3 foi vetada pelo Presidente Lula, mas o Congresso ameaçava, àquela altura, derrubar o veto e estabelecer o assalto ao 13º, as férias e a aposentadoria. Pela pressão dos mais de 20 mil manifestantes, o veto à emenda foi mantido. “Marchamos de capacetes demonstrando o orgulho de pertencer a um setor que luta para construir com a energia das mãos e o suor do rosto um novo país”.

Foi assim também, em outubro de 2007, quando mais 600 lideranças da construção civil e do mobiliário, manifestaram-se, em Brasília, por contrapartidas sociais no PAC. A Caravana pela Cidadania no Ramo da Construção mostrou unidade. Tivemos audiências com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal solicitando apoio aos nossos projetos que tramitam na Casa e nas mãos de três ministérios (Trabalho, Previdência, e Secretaria Geral da Presidência), quando também protocolamos a pauta nacional assinada em conjunto pelas centrais.

Manifestação que acabou dando resultados, pois, logo em seguida, o governo nomeou uma comissão interministerial para negociar a pauta dos trabalhadores da construção. Dias depois, já na Mesa de Negociação com representantes dos ministérios da Fazenda, da Previdência, do Trabalho e da Advocacia Geral da União, foi debatida a proposta de Liberação da Certidão Negativa de Débito (CND) apenas mediante o cumprimento da legislação trabalhista. Sem essa certidão, os imóveis não conseguem se regularizar.

A Direção da CONTICOM-CUT investiu nas negociações sobre a Lei das Licitações. Nas conversas que fez em Brasília, conseguiu fazer com que o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) acatasse em parte a proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE). Pela proposta original, a CONTICOM-CUT queria a certidão da Justiça do Trabalho referente à execução do crédito trabalhista, ou comprovação de que esse crédito fosse judicialmente garantido, certidão da DRT e declaração do próprio interessado de que não consta na lista suja do MTE.

O senador Suplicy considerou “temerário” excluir tais empresas da participação das licitações. Mas, declarou-se sensível à proposta de Valadares e defendeu a exigência de uma documentação relativa à inexistência de execução trabalhista contra o licitante, por meio de uma certidão negativa de execução do crédito trabalhista.

No dia 5 de dezembro de 2007, os companheiros da CONTICOM-CUT voltaram a Brasília para participar da 4ª Marcha da Classe Trabalhadora pela “Redução da Jornada de Trabalho”, por “Mais e melhores empregos” e pelo “Fortalecimento da Seguridade Social e das políticas públicas”. A mobilização resultou, de cara, no recebimento das propostas por parte do Executivo e de parlamentares e no compromisso de agilizar as votações no Congresso, dos textos sobre as Convenções 151 e 158 da OIT. A primeira fala sobre a negociação coletiva do setor público das três esferas e dos três poderes e liberdade de organização, atuação sindical e reivindicatória do setor. A segunda fala sobre a extinção do instrumento da demissão imotivada, o que representará um duro golpe na alta rotatividade de mão-de-obra, particularmente, no setor da construção civil.

Já no início de 2008, lá estava presente a direção da CONTICOM-CUT e dirigentes sindicais, somando forças com a CUT, no ato de lançamento da Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho, sem Redução dos Salários. Nós, a CUT e os sindicatos têm por objetivo coletar mais de 1 milhão de assinaturas em apoio à medida para que a proposta possa dar entrada no Congresso como Proposta de Emenda Popular à Constituição e, a partir daí, abrir o debate com os deputados e senadores. Segundo pesquisas, o simples fato da redução da jornada já acarretaria a possibilidade da contratação de 2,2 milhões de trabalhadores, o que para a Construção Civil iria contribuir para a saúde dos trabalhadores e na segurança das obras.

Salário mínimo

Outras grandes manifestações vitoriosas da CUT que tiveram a participação da CONTICOM foram as Marchas pelo Salário Mínimo. Segundo o próprio presidente da CUT, Artur Henrique Santos, não fosse o movimento sindical cutista se empenhar para forçar reajustes maiores do

que os previstos no Orçamento da União e mais altos do que queria a equipe econômica, certamente o salário mínimo não teria ido para R\$ 415,00 este ano. Segundo Artur, "devemos encarar o novo valor como um avanço e uma prova de que a nossa organização e a nossa mobilização valem à pena".

Para a CONTICOM-CUT, o reajuste coloca mais "lenha na fogueira" das mobilizações e mais responsabilidades sob os ombros dos dirigentes sindicais. A pressão da base tem que aumentar e ampliar esses avanços e conquistas nas convenções coletivas, já que o setor cresceu mais de 13% até aqui e pode crescer ainda mais.

CBIC e PAC

A CONTICOM-CUT, visando à elaboração de um Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, entregou na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) a pauta de reivindicações dos trabalhadores do setor e vem negociando há algum tempo. Os temas que constam da pauta são: a formalização do emprego, a terceirização, negociação salarial e aumento do poder aquisitivo dos salários, jornada de trabalho, transporte, educação e formação profissional, relações sociais de igualdade, organização sindical, moradia, alimentação e meio ambiente.

São negociações que beneficiam a todos. Num mercado onde há mais de 5 milhões de trabalhadores, somente menos de 2 milhões, por enquanto, têm direitos trabalhistas assegurados. Vale lembrar que o projeto vincula a contratação em carteira à qualificação profissional, que será feita durante a jornada de trabalho.

Acreditamos que as empresas vão se candidatar em peso para participar do projeto, pois há grande necessidade de mão-de-obra bem preparada. O aquecimento do mercado e o início de projetos de grande porte, como hidrelétricas, vão demandar muitos trabalhadores.

Esses cursos de qualificação irão oferecer, além da técnica profissional, conteúdos sobre legislação trabalhista, meio ambiente, saúde e segurança. Para participar dos cursos, o trabalhador tem de ter, no mínimo, o quarto ano do ensino fundamental e estar desempregado. Para chegar até esses trabalhadores, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vai priorizar as famílias cadastradas no programa Bolsa Família.

Em maio, cerca de 200 mil pessoas incluídas no programa Bolsa Família já começarão a ser selecionadas e contratadas por empresas para trabalhar nas obras do PAC. Em seguida, receberão o piso da função (pintor, eletricista e encanador), em um estágio para, num terceiro passo, ser contratado.

O maior número de vagas será oferecido no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde foi levantada a maior necessidade de trabalhadores por causa da concentração de obras do PAC.

Em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Diretoria da CONTICOM-CUT volta a afirmar que, apesar de euforia empresarial, manifestamos preocupação para que os frutos do crescimento possam, de fato, ser repartidos de forma equilibrada. Para isso, a CONTICOM-CUT já apresentou propostas que visam: a) indicação de metas de empregos formais; b) participação do movimento sindical no acompanhamento da execução dessas metas; c) que os preços dos imóveis acabados, bem como dos materiais de construção diminuam; d) instauração de uma comissão setorial tripartite no setor; e) que seja criado o certificado de regularidade trabalhista e do cadastro de empresas autuadas pelo Ministério do Trabalho; f) que seja alterado o artigo 27 da Lei de Licitações, e; g) que seja criada o instrumento da "responsabilidade solidária", independentemente de culpa à administração pública, à contratante pelo não pagamento de encargos trabalhistas.

A CONTICOM na CUT, parcerias e a ICM

A CONTICOM-CUT tem ocupado um espaço importante e significativo na agenda da Central Única dos Trabalhadores. Em todos os momentos decisivos de luta em que a Central convoca os trabalhadores e suas organizações, a Confederação está presente.

Apresentamos também um conjunto de propostas que enriqueceram o conteúdo do 9º Congresso Nacional da CUT (o 9º CONCUR), em relação ao meio ambiente, o manejo e certificação florestal, sobre o financiamento de obras com recursos públicos destinados à habitação, a periculosidade que a indústria da construção civil oferece aos trabalhadores e sobre o banimento do amianto. Todos os temas contemplados nas "Resoluções do CONCUR". Vale lembrar que 50 delegados do ramo foram eleitos em suas respectivas bases para participar desse congresso.

A Direção da CONTICOM-CUT também registra positivamente a participação dos sindicatos nos diversos Grupos de Trabalho, Coletivos e Comissões da CUT Nacional, que retratam, sobretudo, as terceirizações, a Previdência, a Saúde no Trabalho, o Meio Ambiente e a organização dos ramos. Sem contar os fóruns criados pelas CUT Estaduais, os Escritórios Regionais e Secretarias Estaduais.

Nessa aproximação, destaca-se o trabalho que os companheiros da CONTICOM-CUT, em conjunto com as CUT Estaduais, realizaram para a filiação de sindicatos de Juiz de Fora, na região da Zona da Mata e o de Passos (MG); dos sindicatos de Parintins, Construção Civil de Itacoatiara, e o de Coari no Estado do Amazonas. Somados ainda à volta através das negociações com os sindicatos de Teresina (PI), Recife (PE) Governador Valadares e Uberaba em Minas Gerais.

Aprofundou-se o relacionamento e o diálogo com as demais centrais sindicais do País, ao avançarmos em questões práticas para se definir ações conjuntas, sobretudo nos pontos convergentes (pauta nacional dos trabalhadores da construção civil e na campanha salarial no Estado de São Paulo, por exemplo).

Em relação à Internacional da Construção e da Madeira (ICM), entidade a qual estamos filiados, os projetos e os temas que vimos desenvolvendo e debatendo através da cooperação internacional nos serviu para alargar horizontes e, principalmente, orientar as nossas decisões e atividades, tal o quadro detalhado dos temas que essa cooperação nos proporcionou. Destacou-se o tema do Amianto (em que a FETICOM-SP e a FETICOM-RS divergiram da posição da CONTICOM-CUT quanto a sua utilização. Enquanto a Direção decidiu pelo seu "banimento", as duas federações defenderam o "uso controlado" da substância), e sobre as Florestas e Perspectivas do Setor Mobiliário.

A organização interna da CONTICOM

Talvez, dentre todos os avanços que a CONTICOM-CUT teve nesse último período, o mais significativo foi o crescimento da participação das mulheres no ramo. As companheiras romperam as trincheiras do machismo e ocupam, a cada dia, os devidos espaços.

A Direção atenta a esse espetacular movimento realizou seminários, encontros e palestras sobre temas específicos que envolvem as questões de gênero (em Salvador/BA, Manaus/AM, Curitiba/PR, São Bernardo do Campo/SP e em Jaraguá do Sul/SC) e prepara-se para novos desafios. Para isso, há que se ressaltar nossa participação majoritária no seminário nacional sobre gênero, realizado através do projeto com a ICM.

Nossa comunicação também avança. Além das informações rápidas, através da correspondência eletrônica (e-mail), seguimos com o nosso boletim semanal "CONSTRUÇÃO" e o jornal "MUTIRÃO EM NOTÍCIAS", voltado ao conjunto dos sindicatos filiados, com uma tiragem de 5 mil exemplares. Além disso, viabilizamos nossa página na Internet que, além das principais notícias sobre a conjuntura e a categoria, disponibilizamos o boletim semanalmente.

Formação em Saúde e Segurança

Um dos principais motivos que fizeram os trabalhadores e trabalhadoras no mundo ao longo da história a se organizar é o tema da Saúde e Segurança. As longas jornadas de trabalho, a exposição a agentes nocivos e o trabalho excessivo de crianças, idosos e mulheres no século XIX, tornaram-se as principais reivindicações da classe operária, pois estão mais suscetíveis a doenças e conseqüentemente vêem seu tempo de vida reduzido.

Se observarmos os dias atuais e as estatísticas colocadas, percebemos que em média no ano de 2007, 88% das campanhas salariais pesquisadas pelo DIEESE resultaram em reajustes acima da variação do INPC-IBGE, os números favoráveis devem-se ao momento propício de negociação, estabilidade inflacionária, crescimento econômico e diminuição do desemprego.

Mas só isso não basta. Percebemos que os índices de reajustes são sempre alavancados pelo reajuste do salário mínimo; e que a partir de 2008 conforme acordo entre as Centrais Sindicais capitaneadas pela CUT, os mesmos serão reajustados conforme o crescimento do superávit, tendo como parâmetro o PIB do ano anterior; e a inflação do período, o que é um avanço, mas que com o passar do tempo não serão atrativos para organizar e mobilizar a categoria de trabalhadores.

E que tal, então, trazeremos à tona as questões da Saúde e Segurança como atrativos e benefícios sociais como estratégia político Sindical de organização? Estamos passando por um momento de avanço econômico e agora temos que colocar no mesmo patamar de avanço as questões sociais. Diante disso, temos alarmantes estatísticas que demonstram o aumento nos números de acidentes e doenças do trabalho. Segundo o INSS, no ano de 2007, após o decreto do NTEP, houve um aumento de 134% de acidentes, sendo que as lesões por esforços repetitivos ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LERD/DORT), teve um aumento representativo.

Constatamos, então, que os acidentes e doenças do trabalho estão entre os fatores de exclusão social, na medida em que causam mortes, invalidez parcial ou permanente, precipitando aposentadorias precoces e diminuição ou perda de renda de milhares de trabalhadores. Muitos dos quais acabam sobrevivendo no mercado informal e das pensões do governo, provocando um alto custo/ano social e financeiro ao país - R\$ 23,6 bilhões, o equivalente a 2,2% do PIB - Produto Interno Bruto. Deste total, R\$ 5,9 bilhões são gastos com benefícios acidentários, aposentadorias especiais e reabilitação profissional. E outro dado relevante é que os acidentes de trabalho e doenças profissionais têm sua incidência crescente sobre a população mais jovem e no nosso ramo de atividade, ficando atrás apenas dos canavieiros.

Esses dados podem ser comparados a guerras civis e a graves epidemias que atingem populações inteiras, diante de todas essas informações como podemos transformar em indignações e instrumentos para a luta cotidiana e envolver os trabalhadores nessas questões, na mesma proporção e afimco que por reajustes salariais, por exemplo.

O que cabe uma discussão mais aprofundada é que o Movimento Sindical não dá a devida importância e dedicação para o tema como necessário, para as doenças do trabalho ainda menos, pois os acidentes típicos e de trajetos, principalmente os fatais por serem visíveis, causam alardes, envolvem investigação e todo aparato investigativo. Já as doenças não, pois elas afetam os trabalhadores e trabalhadoras de forma silenciosa e seus sintomas podem ser sentidos tardiamente, o que dificulta o nexo causal e também se torna um problema individual e não coletivo o que culmina no esquecimento. Mas que no quantitativo é maior que a preocupação com o aquecimento global que atinge o mundo. Sem contar com a aposentadoria que a maioria de nossos(as) trabalhadores(as) só adquire o benefício se for por invalidez e com várias dificuldades colocadas, o que só vem prejudicar os conceitos de trabalho decente, onde não se pode ter trabalho infantil, escravo ou degradante, com total cobertura da Seguridade Social.

A nossa Confederação por conhecer a realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras já em seu 3º Congresso, realizado em Paraibúna, SP, discutiu em uma de suas teses a necessidade dos sindicatos filiados se envolverem na discussão da Saúde e Segurança nos vários fóruns instituídos, bem como desenvolver programas voltados à informação e formação dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo de atividade.

Diante dessa deliberação, alguns sindicatos desenvolveram algumas ações tendo resultados positivos, como a inserção nos Comitês Permanentes Regionais e Nacionais; Fóruns de Meio Ambiente de Trabalho; o Programa Obra Segura e Saudável no ES, entre várias outras. Colaboraram e muito para, além de informar e formar, filiar trabalhadores(as), ganhar espaço na mídia, ter conhecimento e tornar-se referência sobre o assunto, além de criar propostas alinhadas na defesa da classe trabalhadora.

Em consonância com estas atitudes, a 4ª Plenária da CONTICOM-CUT, realizada em 2007, deliberou sobre o Projeto de Formação em Saúde e Segurança do Trabalhador, renomeado posteriormente de "Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável". É um programa elaborado por várias mãos, capitaneado pela Secretaria de Formação da Confederação no intuito de, através dos cursos, sensibilizar, criar e fomentar dentro dos sindicatos filiados, e na própria direção da Confederação, a cultura prevencionista, a fim de colocar na pauta do Movimento Sindical as questões relativas à Saúde e Segurança do(a) trabalhador(a). Dessa forma, incentivará os sindicatos e federações filiados a trabalharem em rede as questões, tendo como intuito à criação de um Fórum de discussão do tema, através do Coletivo de Saúde da CONTICOM-CUT.

As bases do Programa consistiram em realizar uma atividade preparatória com carga horária de 16 horas, para que todos pudessem contribuir na elaboração das diretrizes, com base nas realidades de cada Estado e especificidade do ramo de atividade local. E, ainda, a realização de 7 cursos, com carga horária de 24 horas, nos sindicatos das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, contemplando os Estados do Amazonas, Tocantins, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, no período de julho de 2007 a junho de 2008. Atividades financiadas em parte pela Confederação e outra pelos sindicatos no Estado.

Balanco das atividades

Conforme deliberado, e já em processo de execução, o Programa Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável percorreu 8 estados brasileiros nas 5 regiões do Brasil e atingiram quase todas as categorias profissionais participantes da Confederação. Foram contemplados federações e sindicatos do mármore, granito, madeiras, móveis, cal, gesso, construção, pavimentação, montagem entre outras.

Participaram das atividades 302 pessoas, entre dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores(as) da base, sendo 35 mulheres e 267 homens, atingindo 31 entidades sindicais e 4 federações.

O financiamento dessas atividades veio em parte do princípio da co-responsabilidade entre os participantes e executores. Considerando os seus deficientes recursos, ficou a cargo da Confederação custear as camisas do Programa, as passagens da 1 componente da equipe técnica, mais um dirigente responsável e o material didático. Coube aos sindicatos e federações, que acolhem o projeto, viabilizar o espaço para a atividade, passagem de mais 1 técnico, refeições e hospedagens para os(as) responsáveis pela atividade e demais participantes.

Como balanço das atividades, vale pontuar algumas questões para reflexão, que serão elementos importantes para pensarmos em um plano de ação democrático para nossa Confederação.

Primeiramente, temos que avaliar o impacto da atividade da CONTICOM nos estados. A recepção é sempre muito boa, pois divulga as ações e abre um espaço de diálogo, do que seus filiados querem e precisam para a mesma. Para muitos dirigentes a efetivação da Confederação no Estado, dar-se-á pela presença física de algum membro da direção e ou designado. Para os(as) dirigentes novatos(as) e os(as) trabalhadores(as) da base, a Confederação é vista como algo abstrato, que se torna realidade, através dos informativos, das ações e apoio nas greves e ou atividades importantes para aqueles sindicatos e categorias.

O curso foi a materialização da Confederação naquele Estado e sindicato. Percebemos que existe um grande respeito pela Instituição, por todas suas lutas travadas e pelo alinhamento político que vem sendo seguido. É que essa aproximação, através do curso, torna essas pessoas ainda mais fiéis e confiantes na decisão de manter-se filiado a uma Confederação séria, liderada pela Central Única dos Trabalhadores.

Outro elemento é a necessidade de formação e informação entre todos(as) os cursistas. Existe um clamor emergente da necessidade de voltarmos às raízes e instituímos ações de formação, tanto de sindicato para Federação, quanto de Federação para o sindicato e Confederação. Criaríamos, assim, um pensamento organizado para traçar ações conjuntas, pois, o Movimento Sindical passa por reformulações e mudanças e é grande o número de dirigentes novatos nas Instituições que carecem de informações, tanto focalizadas e específicas, quanto globais, que vão, desde a formação básica, como concepção, estrutura e prática sindical, até elementares, como a Convenção 158 da OIT, por exemplo. A necessidade de formação se dá em todos os níveis do conhecimento para uma prática aguerrida de nossos dirigentes.

Cabe uma discussão também, o fato de termos pouco tempo para compartilharmos as ações que vem sendo desenvolvidas em cada sindicato e ou federação. Pois, basicamente, nossos problemas são os mesmos e em cada lugar são atacados de uma forma diferenciada. Alguns de forma exitosa e outras nem tanto assim. Mas, para alguns sindicatos é a "luz no fim do túnel", pois ainda estão engatinhando no processo organizativo e de enfrentamento das questões relativas ao tema.

Outro aspecto a ser considerado é a questão do co-financiamento das entidades para o curso. Apesar de termos o resultado positivo na implementação do programa, percebemos que nos estados onde existem mais de 2 sindicatos filiados, essas taxas-rateio fica mais democrática e menos discriminatória, pois permite a participação de todas as entidades filiadas à Confederação, tanto das que tem uma arrecadação estável, como para as que passam por dificuldades. É necessário também pensarmos na intervenção dos cursos junto à direção da CONTICOM-CUT. É preciso refletir, até

que ponto o Programa Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável tornou-se um Programa da Confederação e não só de alguns membros da diretoria, pois é necessário um maior empenho e diálogo da direção com a dinâmica e implementação dos cursos.

Diante de todos esses elementos trazidos, podemos concluir que: tanto do ponto de vista metodológico, de interesse pelo tema, de financiamento, de cuidado e alegria de "ter" a Confederação no Estado, quanto dos objetivos e princípios colocados, que é fomentar e trazer à tona as questões de Saúde e Segurança com o intuito dos sindicatos e federações criarem espaços de discussão e intervenção na defesa da classe trabalhadora.

O saldo dessas atividades deve ser considerado positivo e pioneiro, pois atingimos vários de nossos objetivos e estamos colhendo frutos das ações que foram semeadas ao longo de nosso período formativo. Pois, reunir pessoas sensíveis, comprometidas e dispostas a lidar com o mundo do trabalho, sob o olhar da Segurança e Saúde, proporciona a abertura das perspectivas pela via da busca compartilhada, um prefácio baseado na confiança mútua e nos votos de um futuro melhor. Por isto propomos:

Assinatura de convênios em níveis nacional e internacional - Desde sua criação até os dias atuais, a CONTICOM-CUT firmou acordos e parcerias com várias instituições, a fim de desenvolver projetos de cooperação, formação e pesquisa. Se analisarmos, este foram os pilares da formação. Assim faz-se necessário uma busca constante de novos acordos e convênios para permanência deste instrumento.

Descentralização das atividades da CONTICOM-CUT - Com o Programa Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável visitando os estados, percebemos que a atividade em loco tem resultados, não só econômicos mais viáveis, como também políticos, pois atinge um número maior de pessoas e leva a Confederação para dentro dos sindicatos e federações. Consideramos que as atividades nacionais são salutares e extremamente positivas. Devem continuar como estão. Contudo, devemos incluir na dinâmica da CONTICOM-CUT, atividades regionais ou estaduais para atingir um número maior de trabalhadores(as), propiciando, assim, maior interlocução e diálogo com os demais trabalhadores(as), sindicatos e federações.

Co-financiamento das atividades de formação - Ao pensarmos o modelo societário que queremos, não podemos perder de vista as questões de solidariedade entre a classe, que deve ser ainda maior no âmbito dos sindicatos filiados a uma Confederação filiada à CUT. Diante disso, também é sabido por todos que qualquer atividade requer um custo, e pensando a Formação como investimento, é necessário que cada entidade invista na Formação de seus quadros e valorize as atividades que venham capacitá-los. Diante disso, é importante que o modelo desenvolvido pelo Programa Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável tenha eco dentro da Confederação, aumentando a participação de investimento no intuito de potencializar os recursos dos sindicatos e federações, aumentando também a participação de outros Sindicatos. Deve-se, então, adotar "taxas-rateio" para as atividades de Formação.

Abertura para participação de Sindicatos não filiados a Confederação e sócios não-quitos - Percebemos que a Formação é o pilar para continuarmos avançando na defesa da classe trabalhadora. Pois, quanto mais preparados para o enfrentamento da relação capital/trabalho, maiores serão nossas vitórias. Se pensarmos a formação como uma estratégia político sindical de organização e filiação de sindicatos e não podemos restringi-las somente aos nossos sindicatos filiados (evidente que devemos priorizar os nossos), mas devemos estar abertos ao diálogo. Pois, como as atividades serão co-financiadas entre as entidades participantes e todas as entidades entrarão com sua contrapartida, nada mais inteligente do que permitir a participação dessas entidades a fim de convencê-las para o nosso meio, colocando a Confederação como

parceira no processo de Formação. Já para filiadas não quites, é necessária a sensibilidade para filtrar os motivos que o tornam inadimplentes, pois uma coisa é não contribuir por questões políticas e outras por realmente passar por dificuldades econômicas. Nesse caso, cabe, diante desse filtro, sermos solidários e incluirmos estas entidades no processo formativo, pois dessa daí podem surgir apontamentos para a solução de alguns conflitos.

Plano de Ação

Disputar a hegemonia sempre

O processo de consolidação da nossa Confederação passa por alguns desafios neste período como exemplo, a transformação da estrutura sindical. Para que isto seja possível, como transformaremos a estrutura oficial numa nova organização sindical temos que apontar a possibilidade de ampliação de nossa base de representação, através de campanhas de sindicalização nos sindicatos e filiação de novos à CUT.

Por este motivo, a discussão com os trabalhadores e com as organizações locais existentes, deverá primar pela transparência e participação de todos. A massiva participação da base em suas organizações locais deverá ser alimentada com informações que permitam a compreensão das propostas que estão sendo discutidas.

Por sua vez, a amplitude das discussões será tanto maior quanto forem às dúvidas, indagações e informações ao alcance de todos. A sensibilidade para compreendermos as diferenças existentes nas diversas realidades às quais iremos intervir, deverá mostrar-nos a velocidade que o processo alcançará em locais distintos.

Estes, portanto são os principais fatores que devem ser observados no processo transitório que transformará a atual estrutura na nova organização que estamos construindo. Esta experiência nos tem mostrado que as transformações para a nova estrutura são muitas e intensas, como a regionalização dos sindicatos, os serviços prestados, a própria gestão e auto-sustentação financeira dos sindicatos, das federações e a nossa Confederação.

No processo de disputa da hegemonia, também é preciso desenvolver uma política de conquista dos sindicatos que ainda não se definiram por nenhuma central sindical sem deixar de investir em quem já se definiram, e, trabalhar para trazer de volta aqueles que suas diretorias, de forma equivocada, utilizando-se de métodos duvidosos, deixaram de ser integrantes da CUT.

Também precisamos entender que a informação é poder. Comunicar-se bem é instrumento fundamental para quem quer mudar a realidade e democratizar o poder. A desinformação é uma poderosa arma para aqueles que são contrários ao novo. Esta arma é utilizada por aqueles que não concordam com nossa proposta, e suas conseqüências serão tão devastadoras, quanto maior forem as nossas falhas na construção deste processo.

Neste sentido, implementar instrumentos de comunicação deve ser prioridade. Temos que avançar na construção desse processo proporcionando aos trabalhadores o máximo possível de informações que auxiliem na construção de uma massa crítica, capaz de compreender e difundir as nossas idéias.

Para formatar toda a estrutura de organização da Confederação, federações e sindicatos, devemos, ao longo dos próximos anos, realizarmos grandes debates, cursos, seminários, pesquisas etc., procurando mais subsídios e informações e, sobretudo, envolver o maior número de pessoas.

Temos que participar ativamente do processo em que definirá a nova organização sindical, especialmente em relação ao setor da construção civil, por suas peculiaridades.

Como forma de implementação, propomos:

1. Fortalecimento da organização sindical, preservando a unidade e estimulando a fusão de sindicatos por ramos de atividade e as organizações por local de trabalho (OLTs)
2. Incentivar a criação de oposições sindicais em sindicatos não filiados, buscar novas filiações e criação de novos em locais não existentes
3. Criar federações estaduais ou interestaduais de sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos estados onde ainda não existam, visando atuação integrada da CUT no ramo.
4. Realizar campanhas salariais unificadas nacionalmente para obtermos unificação das datas bases, os avanços sociais e um piso salarial unificado, obtendo assim melhores conquistas, visando à busca de um Contrato Coletivo Nacional Articulado no setor. Para todos os seguimentos observando as particularidades regionais.
5. Trabalhar para melhor assessorar as negociações coletivas dos sindicatos, informando das negociações em cursos, para que sejam divulgados os avanços obtidos, como reajustes, pisos salariais e melhores conquistas.
6. Buscar junto às CUT Estaduais, sindicatos locais do ramo e sindicatos co-irmãos formas de estruturas solidárias.
7. Desenvolver campanhas permanentes de sindicalização em conjuntos com os sindicatos.
8. Organizar e implementar cursos e seminários para capacitar os dirigentes, para que possam entender melhor e transformar.
9. Intermediar as negociações dos sindicatos inadimplentes e realizar campanhas de filiação de sindicatos à CUT,
10. Desenvolver um mecanismo de comunicação criando um coletivo de imprensa a partir das secretarias existentes em nossos sindicatos que promova maior visibilidade interna e externa das nossas ações. Do ponto de vista externo, aproximarmos da grande imprensa, e, internamente regularizar nosso jornal, criar espaços nos boletins especialmente para as mulheres trabalhadoras do ramo.
11. Erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores dedicando 4 horas semanais da jornada remunerada para educação e formação profissional.
12. Elevação da faixa de isenção do imposto de renda na fonte sobre salários, e correção anual da tabela do IRRF com base nos índices de inflação oficial.
13. Implementar campanha nacional por moradia popular, em especial aos trabalhadores do ramo, "CASA PARA QUEM CONSTRÓI", buscando convênios com órgãos que atendam a população de baixa renda com juros zero em caso de empréstimos, fazer gestões para que os trabalhadores possam sacar o FGTS para construção, reforma ou ampliação.

14. Empreender uma luta em defesa dos serviços públicos lutando para que o Estado garanta ainda educação saúde e assistência social de qualidade para todos.
15. Participar dos fóruns de lutas nacionais e estaduais da CUT, lutar por um modelo centrado na geração de emprego e renda.
16. Fortalecer as iniciativas nacionais e internacionais de luta contra a guerra, pela humanidade contra o neoliberalismo.
17. Combater toda forma de discriminação no mundo do trabalho e movimento sindical.
18. Implementação em conjunto com a CUT, da campanha nacional da redução da jornada de trabalho sem redução de salário como instrumento para desenvolvimento de melhor distribuição de renda e justiça social.
19. Desenvolver campanha nacional pela garantia de carteira assinada, tornando-se crime a falta de registro configurando como trabalho escravo; contra o contrato de obra certa; contrato temporário; e, todo tipo de contrato precário, buscando quebrar na ação prática.
20. Buscar junto com os órgãos MTE, MPT, Vigilância Sanitária e outros; parcerias para embargar obras irregulares.
21. Mobilizar o ramo pela aprovação dos projetos de lei: a) do fim da marmita, para garantir as três refeições no local de trabalho; b) da aposentadoria especial para os trabalhadores da construção.
22. Orientar os sindicatos a participarem das manifestações contra as atitudes praticadas pelos Peritos Médicos durante a realização das perícias. (Não reconhecimento dos exames e os relatórios do médico assistente, dão alta mesmo o segurado doente, causando demissões devido aos laudos, vários segurados entraram em depressão). Preparar a mobilização organizando uma marcha à Brasília para levar os documentos ao Ministro da Previdência, para acabar com esta perversidade.
23. Informar os dirigentes e ou assessores para acompanhar as discussões no processo de licitações.
24. Ação política da CONTICOM-CUT, juntamente com a CUT, discutir com o Ministério do Trabalho as concessões das cartas sindicais e notas técnicas, para que sejam reconhecidos os sindicatos mais antigos, e com todos os sindicatos ações no campo jurídico no sentido de preservação de sua representação.
25. Pedir audiência com a Petrobrás e a Vale do Rio Doce para discutir contratos;
26. Discutir com o comitê da Copa do Mundo os empregos que gerarão
27. Discutir mecanismos para a reforma estatutária que ocorrerá na 12ª Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores, sobre os critérios dos sócios na construção e no setor do comércio e rurais.